Capítulo 7

A palestina na década 1929-1939

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A palestina na década 1929-1939. pp. 181-246. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 7

A PALESTINA NA DÉCADA 1929-1939

O judaísmo não é uma religião, é uma infelicidade.

Heine

Desenvolvia-se o Lar Nacional Judaico, infundindo vida nova à paisagem há tantos séculos estagnada. Concomitantemente, porém, iam aumentando os perigos a que se expunham os realizadores e as realizações dessa notável obra de reconstrução. Provinham tais perigos das tramas, provocações e agitações de dirigentes árabes, passivamente apoiados – e por vezes instigados – por elementos da administração britânica.

Ainda em 1928, pouco tempo após a partida de Lord Plumer, verificaram-se em Jerusalém incidentes prenunciadores dos sangrentos distúrbios do ano seguinte. Foi palco do acontecido o Muro das Lamentações, último vestígio do antigo Templo hebreu, reverenciado desde a época de sua destruição por judeus de todo o mundo que ali vinham fazer suas orações. Também para os árabes possuía o Muro significação religiosa, pois fazia parte do Haram esh Sharif, área sagrada contendo o local onde, segundo a tradição islâmica, Maomé ascendeu ao céu, e a mesquita de Al-Aksa. (E no próprio Muro encontra-se uma câmara, abrindo para o Haram – portanto do lado oposto àquele em que os judeus faziam suas orações – e que teria servido como cocheira para o cavalo de Maomé.)

Na véspera do Dia da Expição (o feriado judaico de mais profunda significação religiosa), que naquele ano caía a 24 de setembro, foi instalado na calçada do Muro, perpendicularmente a este, uma espécie de tabique

para, de acordo com o ritual judaico ortodoxo, separar homens e mulheres. O comissário distrital de Jerusalém, Edward Keith-Roach, recebendo uma queixa de que o tabique constituía uma transgressão aos direitos de propriedade muçulmanos¹, ordenou que o mais tardar até o dia seguinte fosse o mesmo removido. Não sendo a ordem cumprida, foi o tabique removido à força pela polícia num momento solene do serviço religioso do Dia da Expição, causando grande e compreensível agitação entre os presentes. Uma onda de protestos ergueu-se no mundo judaico, e a Organização Sionista pediu à Liga das Nações que assegurasse aos judeus o livre direito de culto diante do Muro. A Comissão Permanente de Mandatos, porém, limitou-se a expressar seu pesar pelo incidente. O governo britânico, por sua vez, publicou cerca de dois meses depois um Livro Branco em que afirmava dever ser mantido o *status quo* e que os judeus “só poderiam levar ao Muro aqueles pertences do culto que eram permitidos sob o regime turco” (o que não esclarecia grande coisa, pois não se especificava quais eram esses pertences). Quanto aos árabes, acusaram os judeus de querer apoderar-se da mesquita de Al-Aksa.

Em sua petição à Liga das Nações a Organização Sionista repudiara energicamente as alegações de que os judeus tinham intenção de ameaçar a inviolabilidade de qualquer lugar santo muçulmano. E a propósito fez o órgão supremo da comunidade judaica palestinese, o Vaad Leumi, um apelo público aos árabes, do qual destacamos os seguintes trechos:

Declaramos, enfática e sinceramente, que nenhum judeu jamais pensou em interferir nos direitos dos muçulmanos sobre seus próprios Lugares Santos, mas nossos irmãos árabes devem também reconhecer os direitos dos judeus aos lugares da Palestina que lhes são sagrados...

Apelamos aos nossos irmãos árabes em geral e particularmente aos seus líderes responsáveis para que dispersem as nuvens venenosas dos falsos rumores recentemente postos em circulação e criem, em vez de

---

¹ De acordo com o artigo 14 do Mandato deveria ter sido nomeada uma comissão especial para “estudar, definir e determinar os direitos e reivindicações referentes aos Lugares Santos”. Devido a divergências entre as potências interessadas, tal comissão nunca chegou a ser nomeada, mantendo o governo britânico o *status quo* que prevalecera sob o domínio turco. Desse modo, do ponto de vista legal, tanto o Muró quanto a calçada eram propriedade da comunidade muçulmana; os judeus, entretanto, desde os tempos medievais haviam gozado do direito de ali realizar seus atos de devoção.

hostilidade e conflito, possibilidades de cooperação construtiva para benefício do país e de todos os seus habitantes.

Aos “líderes responsáveis” árabes, porém, não interessava a cooperação – pelo contrário: sob a direção do mufti de Jerusalém procuraram (e conseguiram) de várias maneiras agravar a situação. Eis algumas das atitudes nitidamente provocadoras tomadas pelos dirigentes árabes: foi aberta uma passagem do Haram para a calçada junto ao Muro das Lamentações de modo que essa calçada – até então beco sem saída – passava a ser uma rua (de nada adiantaram veementes protestos judeus); no telhado de uma casa próxima ao Muro foi instalado um muezim, que cinco vezes ao dia conclamava os muçulmanos às orações; também próximo, numa sala do Haram, foi introduzida uma cerimônia religiosa denominada *Zikr*, consistindo na invocação do nome de Alá com acompanhamento de tambores e outros instrumentos de percussão. E a imprensa árabe vinha repleta de violentos artigos antijudaicos. O objetivo do mufti era claro: mobilizar, por meio de uma questão religiosa, a opinião pública muçulmana contra os judeus.

Nesse ambiente de tensão chegamos ao mês de agosto de 1929. Os membros principais do governo corno do Executivo Sionista achavam-se ausentes do país². Sir John Chancellor, o alto-comissário, encontrava-se em gozo de férias; substituíra-o, inteiramente, Harry Charles Luke, funcionário notoriamente hostil ao sionismo. No lugar do comissário distrital de Jerusalém, Edward Keith Roach, também ausente, encontrava-se um certo Archer Cust.

A 15 desse mês comemorava-se o *Tisha B'Av*, na religião judaica dia de luto pela destruição do Templo; nessa data grande número de judeus costumava reunir-se diante do Muro. Na véspera realizara-se em Tel Aviv uma grande manifestação pública. aprovando-se então uma resolução criticando a Administração da Palestina e exigindo do governo britânico a restauração de “todos os nossos direitos ao Muro”. Na manhã do dia 15 recebeu Mr. Cust uma comunicação do Vaad Leumi informando-o de que um grupo de jovens (em sua maior parte revisionistas) pretendia realizar uma manifestação diante dos escritórios governamentais e junto ao Muro das Lamentações. Mr. Luke (o alto comissário em exercício), ao tomar

---

² Os membros do Executivo Sionista haviam ido todos assistir ao 16º Congresso Sionista, em Zurique.

conhecimento do assunto, decidiu permitir a manifestação, declarando em suas instruções a respeito que todos que desejassem ir ao Muro poderiam fazê-lo, desde que não marchassem em formação militar nem conduzissem bandeiras. Essas instruções foram comunicadas aos organizadores da manifestação, que concordando com as restrições impostas não esconderam, todavia, sua intenção de junto ao Muro desfraldar a bandeira sionista. Com essa única exceção, correu tudo de acordo com as instruções governamentais, comportando-se os manifestantes de maneira disciplinada em todo o percurso, inclusive ao passarem por bairros árabes.

Não obstante o caráter pacífico da manifestação, decidiram os árabes usá-la como pretexto para uma contramanifestação, a ser realizada no mesmo local no dia seguinte³. Essa contramanifestação foi igualmente permitida por Mr. Luke. Começou por volta de meio-dia, achando-se a turba árabe (cerca de dois mil indivíduos), chefiados por xeques da mesquita de Al-Aksa, em estado de grande excitação. Junto ao Muro um xequ proferiu inflamado discurso; livros e xales de orações judaicas foram queimados, o *shammash* (espécie de zelador e secretário nas casas de oração judaicas) – único judeu na ocasião presente no local – foi agredido e teve suas vestes rasgadas.

Aumentava a tensão, exaltavam-se os ânimos, de lado a lado. No dia seguinte, 17 de agosto, ocorreu na Cidade Nova de Jerusalém um incidente que, originando-se num fato banalíssimo, viria agravar ainda mais a situação: alguns meninos judeus jogavam futebol quando em dado momento a bola caiu numa plantação de tomates pertencente a um árabe; um dos garotos foi buscar a bola, mas entrando em discussão com o árabe foi por este apunhalado. Seguiram-se choques entre árabes e judeus, com novas agressões mútuas nos dias subsequentes. No dia 20 o menino apunhalado morreu; grande multidão acompanhou o seu féretro, e ao tentar a polícia desviar o cortejo fúnebre do trajeto habitual (que passava por alguns bairros árabes) foram rompidos os cordões de isolamento – os policiais reagiram com violência, ferindo inclusive pessoas de idade avançada. O

---

³ Às primeiras horas da noite do dia 15 a Associação de Proteção à Mesquita de Al-Aksa enviou à Associação Muçulmana de Moços, de Jaffa, o seguinte telegrama: “Hoje às 15:30 os judeus, junto ao próprio Muro das Lamentações, realizaram grave manifestação contra os muçulmanos. Ressentimento é grande e generalizado. Façam o que for preciso para protesto e desaprovação”.

Executivo Sionista interino, compreendendo a gravidade da situação, telegrafou à Organização Sionista pedindo providências junto ao governo britânico, a fim de que este garantisse a ordem pública.

As provocações árabes recrudesceram; agitadores percorriam o país, incitando os árabes à violência e convocando-os para ir a Jerusalém. Espalharam-se boatos de que os judeus haviam lançado bombas no Haram e planejavam atacar a mesquita da Al-Aksa. Na quinta-feira, 22 de agosto, o chefe de uma aldeia árabe próxima a Nablus recebia uma carta em que se lia: “Sexta-feira próxima haverá luta entre judeus e muçulmanos. Todos os que professam a religião muçulmana devem ir a Jerusalém para ajudar”.

No dia 22 e na manhã de sexta-feira 23 entraram em Jerusalém numerosos árabes armados de cacetes, facões e pistolas. Líderes judeus solicitaram às autoridades que os árabes fossem desarmados ao entrar na cidade, mas esse pedido não foi atendido. (Num setor de Jerusalém o oficial de polícia responsável pelo posto local havia ordenado a apreensão das armas trazidas pelos árabes, mas a ordem foi revogada pelo major Allen Saunders, inspetor-geral da polícia da Palestina.). Concentraram-se os árabes no Haram, onde rezaram e ouviram discursos de xeques e do mufti.

Não permaneceram, porém, os árabes muito tempo no Haram. Dali saíram (armados de facas, punhais, paus e armas de fogo) também dessa vez aos gritos de “O governo está conosco!”. Inicialmente atacaram o Meah Shearim, bairro habitado quase que exclusivamente por judeus ortodoxos, de lá se espalhando por outras partes da cidade. Os assassinatos, pilhagens e outros atos de selvageria propagaram-se no dia seguinte (sábado, 24 de agosto) a várias colônias agrícolas, algumas das quais foram quase inteiramente arrasadas. Em Hebron – cuja população judaica, totalizando cerca de 500 pessoas, se compunha em sua maior parte de velhos, dependentes de contribuições de caridade – 60 foram assassinados (outros 50 ficaram gravemente feridos), a sinagoga foi profanada e o posto médico (que servia também à população árabe) saqueado; e, episódio revoltante, um capitão do exército britânico, tendo à disposição um destacamento policial, assistiu calmamente a uma turba invadir a residência de um rabino e lá massacrar 27 pessoas, inclusive uma criancinha de três meses.

Nos dias 25 e 26 os distúrbios atingiram Tel Aviv e Haifa; nesta cidade 50 judeus que procuravam se defender de uma multidão enfurecida foram presos pela polícia. No dia 29 as vítimas dos ataques foram os judeus

de Safed, entre os quais houve cerca de 20 mortos e 25 feridos, e mais de cem casas e lojas foram saqueadas e queimadas. Todavia, nas colônias agrícolas mais novas, unidades de defesa judaica (evidentemente clandestinas) conseguiram repelir os árabes. E ocorreram também atos de represália por parte de judeus.

A polícia britânica – quando não permanecia, como em Hebron, como simples espectadora – só recebeu ordem de atirar algumas horas após o início dos ataques árabes. Uma proposta dos líderes da comunidade judaica no sentido de que um número limitado de judeus recebesse armas para defender seus correligionários em perigo foi sumariamente rejeitada⁴. O alto-comissário interino, informado (já a 24 de agosto) pela polícia de que não estava mais em condições de arcar com a responsabilidade de manter a ordem, telegrafou a Malta pedindo assistência naval, e telefonou ao Cairo solicitando auxílio militar (tropas viriam alguns dias depois).

Foi avultado, de ambos os lados, o número de vítimas: entre os judeus houve 133 mortos e 539 feridos (sem contar a imensa destruição de propriedades); os árabes tiveram 116 mortos e 232 feridos (em sua maior parte, entretanto, vitimados pela polícia e tropas britânicas).

Protestos vigorosos fizeram-se ouvir na Grã-Bretanha. Em Londres, numa reunião de protesto realizada no Albert Hall e presidida por Lord Melchett (presidente da Federação Sionista Inglesa), a afluência foi tão grande que a polícia se viu obrigada a fechar as portas do recinto; e num comício ao ar livre, ao qual compareceu também imensa multidão, o coronel Josiah Wedgwood (membro do Parlamento) proclamou que “a honra da Grã-Bretanha estava em jogo”.

Nos Estados Unidos uma delegação de judeus americanos, à cuja frente se achava o Dr. Emanuel Neumann, avistou-se com o presidente Hoover e seu secretário de Estado (Stimson), aos quais entregou um memorando pedindo a intervenção e proteção do governo americano (Segundo o Dr. Neumann o Departamento de Estado teria enviado uma nota ao governo britânico chamando a sua atenção sobre a perda de vidas e propriedades de cidadãos americanos e sugerindo a possibilidade de

---

⁴ Comentam Stephen S. Wise e Jacob de Haas num livro de sua autoria intitulado *A Grande Traição*: “Se os árabes acreditavam que o governo estava com eles, a conduta dos funcionários britânicos justificava plenamente tal crença”.

utilização de forças americanas para restaurar a ordem, mas não se conhece qualquer resposta do governo de Londres.).

Sir John Chancellor apressou seu regresso à Palestina. Ali chegado a 29 de agosto, reassumiu logo o governo do país. E já a 10 de setembro divulgava-se uma proclamação sua, que se iniciava da seguinte maneira:

Regressei do Reino Unido para encontrar, pesadamente, o país em estado de desordem e presa de violência ilegal. Com horror tomei conhecimento dos atos de atrocidade cometidos por grupos de malfeitores implacáveis e sedentos de sangue, dos selvagens assassinatos de membros indefesos da população judaica sem consideração de idade ou sexo, acompanhados, como em Hebron, por atos de inominável selvageria, de incêndios de granjas e casas na cidade e no campo, e do saque e destruição de propriedades.

Esses crimes lançaram sobre seus autores a execração dos povos civilizados de todo o mundo.

Minhas primeiras obrigações são restabelecer a ordem no país e infligir punição severa aos que forem achados culpados de atos de violência. Serão tomadas todas as medidas necessárias para que tais objetivos sejam alcançados, e encarrego todos os habitantes da Palestina de me auxiliar no desempenho desses deveres.

Os dirigentes árabes protestaram contra a proclamação, fazendo ao mesmo tempo uma série de acusações – em sua maior parte mais tarde oficialmente comprovadas como falsas – contra a administração britânica e os judeus, e lançando sobre estes a responsabilidade pelos distúrbios; exigiram também a designação de uma comissão de inquérito imparcial, “cujo senso de justiça não seja refreado por influência sionista”.

Algumas das principais entidades judaicas da Palestina (entre as quais o Vaad Leumi e o Grã-Rabinato), um dia após a proclamação do alto-comissário, entregaram-lhe um memorando em que recapitulavam os acontecimentos que haviam dado origem aos distúrbios e – tremenda falta de tato, tendo em vista a enérgica proclamação de Sir John Chancellor – criticavam acerbamente (embora com razão) a negligência do governo⁵. Eis o parágrafo inicial desse memorando:

---

⁵ O Executivo Sionista, compreendendo a inoportunidade do documento, recusou-se a assiná-lo.

Já por considerável espaço de tempo vem sendo conduzida no país, aberta e secretamente, uma propaganda sistemática para um ataque contra os judeus, que realizam uma obra de paz e reconstrução. Em 1921 os autores dessa propaganda disseminaram entre as massas muçulmanas receios e apreensões quanto às suas terras, suas posses e suas mulheres. Compreendendo que com motivos religiosos seria mais fácil incitar as massas muçulmanas, os instigadores escolheram agora como ponto de partida o Muro das Lamentações. Um dos principais instigadores dos distúrbios de 1920 em Jerusalém, e que foi subsequentemente privilegiado pelo governo com sua nomeação para presidente do Supremo Conselho Muçulmano, o mufti de Jerusalém, surge agora como defensor dos santuários muçulmanos contra nossos supostos ataques. A propaganda agora está completamente organizada. Tudo isso foi feito diante dos próprios olhos do governo que tem a responsabilidade pela segurança do país e o bem-estar de sua população. O governo nada tem feito para suprimir essa instigação e prevenir suas consequências. Essa estranha indiferença por parte de um governo civilizado e forte, que quando quer sabe usar sua força, fortalece em nós a convicção de que em meios governamentais existem forças interessadas nessa incitação e no encorajamento de disputas entre as populações e comunidades deste país.

Sir John Chancellor (que, diga-se de passagem, não tinha qualquer simpatia pelos judeus), possivelmente irritado com as acusações contidas nesse memorando, emitiu poucos dias depois nova proclamação, encarada como uma espécie de retratação pelas expressões enérgicas de sua proclamação anterior.

Os distúrbios repercutiram também na Liga das Nações; em reunião de seu Conselho (a 6 de setembro) o secretário do Exterior britânico, Arthur Henderson, declarou ser intenção do seu governo enviar à Palestina uma comissão de inquérito, limitada contudo a questões de “imediata urgência”. Uma semana depois era designada pelo secretário das Colônias, Lord Passfield, uma Comissão de Inquérito destinada a investigar as causas dos distúrbios. Presidida por um magistrado, Sir Walter Shaw, integravam-na mais três membros, todos parlamentares: Sir Henry Begg (conservador), R. Hopkin Morris (liberal) e Harry Snell (trabalhista). Em sua nota comunicando a designação dos membros da Comissão afirmava Lord Passfield: “...não se tem em vista qualquer inquérito que possa alterar a posição da Grã-Bretanha em relação ao Mandato ou à política instituída

pela Declaração Balfour (1917) e incorporada ao Mandato visando estabelecer na Palestina um lar nacional para os judeus”.

Chegada à Palestina em fins de outubro de 1929, a Comissão lá permaneceu até 29 de dezembro. Foram ouvidos representantes das três partes envolvidas na questão (ingleses, judeus e árabes). A Administração da Palestina⁶ – sobre a qual pesavam graves acusações de negligência, inépcia e fraqueza – encontrou uma saída muito cômoda: responsabilizou os judeus, insistindo quanto à dificuldade de administrar o país diante da oposição árabe às estipulações do Mandato referentes ao lar nacional judaico. Os árabes argumentaram com o deslocamento de famílias árabes devido à compra de terras pelos judeus (observou entretanto o Dr. Ruppin, em seu depoimento, que as companhias territoriais judaicas, não obstante não estarem legalmente obrigadas a qualquer compensação, haviam espontaneamente pago somas elevadas a fim de possibilitar aos camponeses árabes adquirir ou arrendar terras em outros lugares). O mufti, cujo depoimento foi tomado na sede do Supremo Conselho Muçulmano (deferência especial e exceção única durante os trabalhos da Comissão na Palestina, uma vez que as sessões se realizavam normalmente nos escritórios da Comissão), afirmou que os judeus queriam se apossar dos Lugares Santos muçulmanos, dizendo-se outrossim muito impressionado com a leitura dos *Protocolos dos Sábios de Sião*⁷. Finalmente os judeus consideraram o mufti principal responsável pelos distúrbios, acusando-o de havê-los instigado e organizado, e declararam que os dirigentes árabes excitavam o fanatismo religioso com intuítos políticos, procuraram ainda os porta-vozes judeus demonstrar que a imigração e o desenvolvimento judaicos também beneficiavam os árabes.

A 31 de março de 1930 foi divulgado o *Relatório da Comissão sobre os Distúrbios de Agosto de 1929 na Palestina* (também conhecido como *Relatório Shaw*). Reconhecia o mesmo que os distúrbios haviam sido “de início um ataque dos árabes contra os judeus”, e que os ataques árabes

⁶ Deveria normalmente representar o governo da Palestina o procurador-geral Norman Bentwich, mas este, por ser judeu, foi substituído pelo procurador-assistente R. H. Drayton. (Bentwich demitiu-se do cargo em 1931, passando depois a integrar o corpo docente da Universidade Hebraica como professor de Relações Internacionais.).

⁷ Essa grosseira mistificação foi qualificada por W. H. Stoker, advogado dos árabes, como “obra clássica”, comparável às de Shakespeare: “As peças de Shakespeare foram publicadas em quase todas as línguas e esta obra está na mesma categoria”.

foram acompanhados de “desenfreada destruição de propriedades judaicas”; quanto à destruição de propriedades árabes por judeus, “embora indesculpáveis, foram na maioria dos casos represálias por injúrias já cometidas por árabes nas proximidades dos locais em que ocorreram os ataques judeus”. Adiante, porém, dava o relatório uma reviravolta, fazendo afirmações como as seguintes: os distúrbios não foram premeditados; a conduta dos dirigentes árabes não era passível de críticas severas; não era intenção do mufti utilizar campanhas religiosas para o incitamento de desordens; a Administração britânica deveria ser totalmente isenta de culpa⁸.

Em suas conclusões a Comissão ainda foi além, ultrapassando de muito a âmbito de suas atribuições. Assim afirmou que a causa fundamental da perturbação era a oposição árabe ao lar nacional judaico (particularmente à imigração e colonização judaicas), e que o White Paper de 1922 estabelecia como obrigação principal do governo da Palestina a manutenção do equilíbrio entre as duas partes, “não havendo nenhuma indicação clara para auxiliar qualquer das partes na realização de suas aspirações”; considerou indispensável uma solução da questão de terras que fosse favorável aos cultivadores, e recomendou ao governo britânico publicar uma definição de sua política tomando em consideração “o ressentimento dos árabes da Palestina”.

Todavia, um dos membros da Comissão, o deputado trabalhista Harry Snell, apresentou em separado uma extensa nota de restrições, dissociando-se da atitude geral de seus colegas em relação ao problema palestinese bem como de algumas de suas críticas e conclusões. Embora concordando que a oposição árabe ao lar nacional judaico fosse uma causa fundamental dos distúrbios, afirmou que essa animosidade era devida a uma campanha de incitamento, e não a fatores econômicos conforme sugerido por seus colegas; declarou Snell que os distúrbios de agosto “eram devidos a temores e antipatias que, estou convencido, os líderes muçulmanos e árabes despertaram e estimularam para fins políticos”. Atribuindo ao mufti grande parcela de responsabilidade pelo ocorrido, afirmou não poder isentar de culpa o governo, pois se considerava as forças militares inadequadas deveria ter fornecido armas a judeus devidamente selecionados. Sugeriu

---

⁸ Declarava-se, contudo, que tirar as armas dos policiais britânicos de ascendência judaica fora uma “imerecida afronta”.

que as terras inaproveitadas fossem tornadas acessíveis aos judeus, que o problema das relações raciais fosse estudado à luz “do impacto que exerce sobre um povo não desenvolvido, fatalista em seus pontos de vista e devotado aos seus hábitos antigos, uma raça altamente dotada e progressista, ardendo com um grande ideal”, e que se fizesse “compreender a toda a população que a Potência Mandatária foi incumbida pela Liga das Nações de obrigações solenes que tencionava cumprir, e que uma nação judeu-árabe é um fato que deve ser aceito”.

Declarou Snell textualmente:

O que se requer na Palestina é, creio, menos uma mudança política do que uma mudança na maneira de pensar da população árabe, encorajada a acreditar que sofreu uma grande injustiça e que o imigrante judeu constitui uma ameaça permanente ao seu sustento e seu futuro. Estou convicto que tais temores são exagerados e que o povo árabe tem mais a ganhar do que a perder com o empreendimento judaico. Não tenho dúvidas que, não obstante erros de discernimento que possam ter causado dificuldades a árabes individualmente, as atividades judaicas aumentaram a prosperidade da Palestina, elevaram o nível de vida do trabalhador árabe e estabeleceram os alicerces sobre os quais será possível fazer o progresso futuro das duas comunidades e sua transformação em Estado.

Essa, porém, era uma opinião isolada, um voto vencido.

As reações árabe e judaica ao relatório foram, é claro, diametralmente opostas. Enquanto os árabes o receberam com júbilo, considerando-o como uma justificação de seu ponto de vista contrário ao Lar Nacional, os judeus encararam-no pesadamente. Num memorando submetido à Comissão Permanente de Mandatos, declarava o Vaad Leumi:

A população judaica da Palestina considera o Relatório da Comissão de Inquérito um dos documentos mais injustos com que nosso povo teve de se defrontar no decurso de 2 000 anos de perseguições. Até mesmo os inquéritos instituídos após os pogromes na Rússia czarista demonstravam mais respeito à imparcialidade e à justiça do que três dos comissários do governo de Sua Majestade evidenciaram no Relatório. Todos os nefandos crimes árabes são nele apresentados como mero erro de discernimento, enquanto todos os méritos judeus são reduzidos à insignificância.

Em maio de 1930 foi nomeado pelo governo britânico um comissário governamental incumbido de estudar as questões de imigração, colonização e desenvolvimento da Palestina e preparar um relatório destinado a servir de base a uma declaração de ordem geral sobre a política a ser seguida na Palestina. Foi escolhido para essa função Sir John Hope Simpson, economista e funcionário aposentado do Serviço Público Indiano, sem qualquer conhecimento específico dos problemas palestinos.

Parece, contudo, que o governo britânico já tinha uma política predeterminada, pois ainda antes da chegada de Sir John Simpson à Palestina (o que se daria a 20 de maio) foi anunciada a suspensão de 3 300 certificados de imigração de trabalhadores recém-aprovados pela administração palestina, sob a alegação de que tal medida se destinava a evitar que a imigração nesse período precedente à publicação do relatório de Hope Simpson colocasse em perigo o futuro econômico do país. Também nesse mesmo mês de maio revelou o governo inglês publicamente sua intenção de, aceitando sugestões da Comissão Shaw, suspender temporariamente toda a imigração e restringir as possibilidades de aquisição de terras, além de outras medidas altamente prejudiciais aos interesses sionistas.

Permaneceu Sir John Simpson cerca de dois meses na Palestina. Entrementes foi a questão palestina objeto de discussão na 17ª Reunião da Comissão Permanente de Mandatos. O relatório da Comissão Shaw foi severamente criticado, sendo rejeitada a asserção de que os distúrbios não haviam sido premeditados. Chegou a Comissão Permanente de Mandatos à conclusão de que a Potência Mandatária não vinha fazendo o suficiente para cumprir as finalidades do Mandato (entre as quais, lembrou, figurava como uma das principais o estabelecimento do Lar Nacional Judaico). O governo inglês, contudo, nem de leve se deixava impressionar (e muito menos influenciar) por essas críticas.

Em outubro foi divulgado o relatório de Hope Simpson (*Relatório sobre Imigração, Colonização e Desenvolvimento*), condenando praticamente tudo o que os judeus vinham realizando na Palestina; atacava-se especialmente o Fundo Nacional Judaico e a Histadrut, reduzia-se a estimativa das áreas cultiváveis (redução superior a 50% em relação aos cálculos sionistas e de aproximadamente 40% em relação à estimativa feita poucos meses antes pelo comissário de Terras britânico), demonstrava-se

preocupação pela sorte dos “camponeses árabes expulsos”, justificava-se a suspensão da imigração⁹.

O Executivo da Agência Judaica em Londres, após minuciosa verificação dos dados em que se baseavam as conclusões de Hope Simpson, publicou uma análise dos mesmos sob o título *As Bases Estatísticas do Relatório de Sir John Hope Simpson*. Essa análise seria posteriormente submetida, sob forma de memorando à Comissão de Mandatos. Afirmava a Agência Judaica que as conclusões de Hope Simpson “se baseavam em suposições duvidosas, em estatísticas compiladas apressadamente, e numa interpretação errônea do material que lhe foi submetido”. (O próprio governo britânico reconheceria mais tarde, segundo comunicação por ele feita à Comissão de Mandatos, que os fatos mencionados no relatório de Simpson eram controvertidos havendo necessidade de novas investigações.).

No mesmo dia da publicação do Relatório Simpson – a pressa era grande – divulgou o governo britânico um novo Livro Branco, que ficou conhecido como o Passfield White Paper por haver sido publicado sob a responsabilidade de Lord Passfield, então secretário das Colônias¹⁰. Constituíam esse White Paper uma nova “interpretação” do mandato (pelo visto, a “interpretação” do Churchill White Paper, datando de apenas oito anos antes, já era considerada antiquada). Sua natureza tendenciosa revelava-se claramente no oitavo parágrafo, que se inicia da seguinte maneira: “Em primeiro lugar deve-se notar que o artigo 2 do Mandato torna o mandatário responsável pela salvaguarda dos direitos civis e religiosos dos habitantes da Palestina”; omite-se, porém, que o referido artigo menciona em primeiro lugar a responsabilidade do mandatário em “pôr o país sob condições políticas, administrativas e econômicas tais que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico”, sendo o trecho transcrito pelo White Paper apenas a parte conclusiva, quase que suplementar, do artigo. Simples lapso ou esquecimento dos redatores do White Paper? De modo algum, pois nele se declara, explícita e enfaticamente, que o “Governo de

⁹ Um pequeno exemplo da argumentação de Simpson: para justificar a tese de que a introdução pelos judeus de métodos modernos causava desemprego entre os árabes, cita o relatório o caso dos transportes motorizados que prejudicavam os árabes condutores de camelos e burros.

¹⁰ Lord Passfield era Sidney Webb, conhecido economista com fama de socialista, liberal e admirador da civilização soviética.

Sua Majestade sempre considerou inteiramente errôneas” as afirmações judaicas de que “o aspecto principal do Mandato é o das passagens referentes ao Lar Nacional Judaico”. Outro exemplo significativo da natureza tendenciosa do White Paper ocorre em relação às terras estatais: não obstante prever o Mandato (artigo 6) sua “colonização intensiva por judeus”, estabelece o White arbitrariamente uma prioridade árabe. E também quanto à imigração judaica a atitude assumida era negativa. Comentário do Dr. Bernard Joseph: “Sob um ponto de vista estritamente legal não pode haver qualquer dúvida de que essa assim chamada ‘interpretação’ implica, de fato, numa revisão e até mesmo numa inversão das intenções e termos do Mandato”. E Lord Melchett: “O grotesco travesti da finalidade do Mandato que se encontra no Paper governamental só pode ser descrito como um insulto à inteligência dos judeus e uma afronta deliberada à Comissão de Mandatos”.

Foi grande a onda de protestos levantada pelo Passfield White Paper, e não faltaram críticas severas até no Parlamento (sessão de 17 de novembro de 1930). Entre as personalidades britânicas não judaicas que se manifestaram contrariamente podemos citar: Stanley Baldwin, Sir Austen Chamberlain, Leopold S. Amery, Lloyd George, Sir John Simon e o general Jan Smuts. Este último enviou ao primeiro-ministro Ramsay MacDonald enérgico protesto, do qual extraímos: “Como um dos responsáveis pela Declaração Balfour sinto-me profundamente abalado pela atual política relativa à Palestina... O White Paper é um recuo em relação àquela Declaração... A Declaração Balfour representa uma dívida de honra que deve ser paga por completo e a todo custo. As circunstâncias da Declaração foram por demais solenes para permitir agora qualquer titubeação”.

Quanto aos círculos dirigentes sionistas, provocou o Passfield White Paper, logo após sua publicação, a demissão de Weizmann – que sempre se mostrara partidário de uma política de cooperação com o governo britânico – da presidência conjunta da Organização Sionista e da Agência Judaica, seguida pelas de Felix Warburg (do Comitê Administrativo da Agência Judaica) e Lord Melchett (da presidência do Conselho da Agência Judaica). Declarou Weizmann significar sua atitude um “enfático protesto contra uma crítica unilateral e injusta de nossa obra, e minha recusa de aceitar uma política que se acha em contradição direta com a solene promessa da Nação Britânica e o texto do Mandato”.

Diante da avalanche de protestos achou o governo inglês conveniente designar uma comissão especial, constituída por membros do Gabinete, para discutir a situação com representantes da Agência Judaica. Presidia a comissão ministerial Arthur Henderson, secretário do Exterior; entre os representantes da Agência Judaica estavam Chaim Weizmann, James de Rothschild e Harold Laski. Weizmann resumiu da seguinte forma a posição sionista; “Se a obrigação do Mandatário for reduzida a uma obrigação para com 170.000 mil indivíduos de um lado e 700.000 indivíduos do outro, uma pequena minoria justaposta a uma grande maioria, então naturalmente tudo mais possa talvez ser explicado. Mas a obrigação da Potência Mandatária é para com o povo judeu, do qual os 170.000 são apenas a vanguarda”.

As discussões prolongaram-se por todo o inverno de 1930-31, chegando-se finalmente a um acordo aceito pelos sionistas: embora recusando-se a publicar um novo White Paper, ou mesmo a tornar sem efeito o último (o que, segundo Weizmann, implicaria em desprestígio), concordou o primeiro-ministro em incorporar os resultados das negociações numa carta pública – a ser lida na Câmara dos Comuns e comunicada à Liga das Nações – por ele subscrita e endereçada a Weizmann. Datada de 13 de fevereiro de 1931, estava a carta redigida em tom amistoso e representava um giro de 180 graus em relação ao Passfield White Paper. Dizia ela:

A obrigação de facilitar a imigração de judeus e encorajar uma colonização judaica intensiva continua sendo uma obrigação categórica do Mandato, e pode ser cumprida sem prejuízo dos direitos e posição de outras partes da população da Palestina.

...O Governo de Sua Majestade não prescreveu nem cogita de qualquer suspensão ou proibição da imigração judaica em nenhuma de suas categorias.

...O princípio do emprego preferencial, ou mesmo exclusivo, de mão de obra judaica por organizações judaicas é um princípio que a Agência Judaica tem o direito de sustentar.

Continha ainda a carta referências elogiosas “ao trabalho construtivo realizado pelo povo judeu na Palestina”, que teve “efeitos benéficos sobre o desenvolvimento e bem-estar de todo o país”, e assegurava ser intenção do governo “iniciar uma política ativa de desenvolvimento que, acredita-se,

resultará em benefício substancial e duradouro tanto para judeus quanto para árabes”.

A opinião pública britânica pró-sionista acolheu a carta do primeiro-ministro como uma genuína alteração de política e uma garantia de que a promessa de Balfour seria cumprida. Entre os judeus a opinião se dividiu, embora tenha o Dr. Weizmann declarado publicamente que, a seu ver, a carta de MacDonald havia “restabelecido as bases para aquela cooperação com a Potência Mandatária sobre a qual se fundamenta nossa política”¹¹. A reação dos líderes árabes foi Obviamente desfavorável, tendo eles qualificado o documento como “carta negra”.

Na prática a carta de MacDonald evitou apenas que as sugestões restritivas (sobre venda de terras e imigração) contidas nos relatórios Shaw e Hope Simpson tivessem aplicação imediata, conforme preconizado pelo Passfield White Paper. (A recusa do governo britânico em anular esse documento é por si só bastante significativa). O perigo para o Lar Nacional não estava de modo algum debelado, mas apenas adiado – os germes contidos no White Paper de 1930 iriam frutificar, menos de um decênio depois no White Paper de 1939.

A atitude dos dirigentes sionistas diante das marchas e contramarchas britânicas agitou o 17º Congresso Sionista, reunido em Basileia de 30 de junho a 15 de julho de 1931. Crescia a oposição à política conciliatória de Weizmann (que acedera em permanecer à frente da Organização Sionista e da Agência Judaica até a realização do Congresso); defendeu-a Weizmann como sendo a única política realizável na prática, recomendando a continuação da colaboração com o governo britânico e a aproximação com os árabes. Seus opositores mais violentos eram os revisionistas, chefiados por Jabotinsky; ao seu lado, também hostilizando Weizmann (embora de modo mais moderado), estavam o partido religioso Mizrachi, os sionistas radicais (grupo dissidente dos sionistas-gerais que, sob a chefia do Dr. Nahum Goldmann, ao mesmo tempo que dava grande importância ao capital privado e à imigração de classe média, advogava uma política

---

¹¹ Afirma Weizmann em sua autobiografia: “Achei que a carta retificava a situação – a forma não tinha importância”.

agressiva), e parte considerável dos sionistas gerais¹². Weizmann ficou em minoria, contando apenas com os trabalhistas e parte dos sionistas-gerais.

O Conselho da Agência Judaica, entretanto, reunido logo após o encerramento do Congresso, aprovou a ação dos seus representantes nas discussões que conduziram à carta de MacDonald e aceitou essa carta como base para negociações ulteriores. Manifestou, outrossim, o Conselho seu “sério desejo pela criação de um entendimento durável na Palestina entre judeus e árabes com base na confiança e respeito recíprocos, e sua convicção de que judeus e árabes têm um interesse comum no desenvolvimento pacífico da Palestina”.

Para suceder a Weizmann na presidência da Organização Sionista e chefia da Agência Judaica foi eleito Nahum Sokolow (que permaneceria no cargo até 1935). O novo Executivo, também eleito pelo Congresso, era um executivo de coalizão – revisionistas excluídos – em que predominava a corrente trabalhista. O Departamento Político da Agência Judaica ficou em mãos de um jovem e brilhante líder trabalhista, Chaim Arlosoroff, já há alguns anos consultor político da Histadrut. Não representavam tais mudanças, contudo, qualquer modificação sensível na política sionista oficial. Nahum Sokolow filiava-se à corrente moderada de Weizmann, e ao apresentar o programa do novo Executivo declarou que um dos seus principais objetivos seria “tomar medidas ativas nas esferas econômica, social e política visando desenvolver relações e estabelecer uma aproximação entre judeus e árabes na Palestina”. Pode-se considerar, assim, que o maior derrotado no 17º Congresso não foi Weizmann e sim Jabotinsky.

Ainda em 1931 ocorreu importante mudança na alta administração da Palestina, deixando Sir John Chancellor o cargo de alto-comissário. A esse tempo (novembro) já não estava mais o Colonial Office com Lord Passfield, substituído inicialmente pelo trabalhista J. H. Thomas (que encarava o sionismo com simpatia) e, após as eleições gerais de outubro, pelo conservador Sir Philip Cunliffe-Lister, que igualmente demonstraria grande interesse e compreensão pelo problema da Palestina. O novo alto-comissário era o general Sir Arthur Wauchope, antigo comandante das

---

¹² Em resposta às críticas mais ruidosas declarou Weizmann: “As muralhas de Jericó caíram ao som de gritos e trombetas. Nunca ouvi falar de muralhas serem erguidas com esses meios”.

forças britânicas na Irlanda, homem que aliava ao senso de disciplina militar e a uma inteligência viva e rápida uma profunda sensibilidade artística. Sobre ele assim se expressou Weizmann: “Sir Arthur era um notável administrador e erudito, talvez o melhor alto-comissário que teve a Palestina... Ao contrário dos que o precederam, ele realmente procurou compreender os valores éticos que alicerçam o movimento sionista e o nosso trabalho na Palestina... Ficou profundamente impressionado com certos aspectos da vida palestinese, em especial com os kibbutzim¹³... Sentia-se atraído por alguns líderes do movimento, como o jovem Arlosoroff... Dava grande valor aos métodos científicos do nosso programa agrícola, e era um assíduo visitante da Estação Agrícola Experimental de Rehovoth”. (Tudo isso refletia, sem dúvida, uma mudança de orientação em relação à Palestina, mas, conforme poderá ser constatado adiante, tratava-se de mudança precária e efêmera.)

Os principais pontos do programa de governo anunciado por Wauchope foram: 1) manutenção da segurança pública; 2) assistência à população, em todos os seus setores, para ampliação do seu desenvolvimento econômico e encorajamento dos sentimentos de boa vontade através da cooperação no campo econômico; 3) aumento do sentimento de confiança entre povo e governo. Tinha o novo alto-comissário a convicção de que as duas finalidades principais do Mandato – desenvolvimento do Lar Nacional Judaico e desenvolvimento de instituições autônomas de governo – eram perfeitamente conciliáveis, e que uma política de aproximação entre judeus e árabes, se realizada com firmeza, acabaria dando bons resultados; acreditava que a melhor maneira de promover a cooperação entre judeus e árabes seria pô-los a trabalhar juntos na melhoria da vida econômica do país. Tais propósitos conciliatórios eram certamente elogiáveis, mas restava uma dúvida – estariam os árabes dispostos a cooperar? É o que veremos.

Em dezembro daquele mesmo ano de 1931 reuniu-se em Jerusalém um Congresso Islâmico Mundial; não deixou ele passar a oportunidade de

---

¹³ Kibbutzim é o plural de kibbutz, fazenda coletiva cujos princípios básicos se assemelhavam aos da kvutzah, sendo porém o conceito desta ampliado com a inclusão de atividade industrial e sem restrições quanto ao tamanho do grupo. Com o passar do tempo a diferença entre kvutzah e kibbutz foi progressivamente diminuindo, chegando essas palavras a serem usadas como sinônimos.

se manifestar contra o sionismo, recomendando o boicote dos “produtos sionistas”. No ano seguinte foi organizado na Palestina, sob a chefia do extremista árabe Auni Abdul Hadi, o Istiqlal (Partido da Independência), cujo programa era essencialmente de oposição à Grã-Bretanha (considerada principal inimigo das aspirações árabes de independência na Palestina)¹⁴. Na mesma época foi formada uma organização de juventude árabe, aparentemente nos moldes dos escoteiros, entre cujas atividades figuravam patrulhar as costas da Palestina para denunciar a imigração judaica ilegal, combater a venda de terras a judeus, e fazer cumprir o boicote contra os produtos judeus.

Em novembro de 1932 a questão da Palestina voltou a ser debatida na Comissão de Mandatos. Mostrou-se esta favoravelmente impressionada com as medidas tomadas pelo alto-comissário em relação ao desenvolvimento econômico do país; todavia alguns de seus membros (o presidente da Comissão, marquês Theodoli, entre eles) não esconderam seu ceticismo quanto à cooperação árabe.

E, no entanto, a cooperação árabe-judaica não era impossível, desde que os árabes assim o quisessem. Um exemplo assaz significativo ocorreu em janeiro de 1933, quando a Agência concluiu negociações com o emir Abdullah para o arrendamento de 17.500 acres de terra na Transjordânia por um período de 33 anos, duas vezes renovável por períodos iguais; destinar-se-iam essas terras à colonização, prevendo-se o estabelecimento nelas de 1.500 famílias de agricultores judeus. Explicou Abdullah visar, com essa concessão, “dar ao seu país a possibilidade de ser desenvolvido por um elemento ativo e segundo as mesmas linhas prósperas como a Palestina”. Mas logo que a transação se tornou conhecida manifestou-se forte pressão – não só de árabes (o Istiqlal ameaçou Abdullah de deposição) mas também de elementos britânicos – para obter sua anulação. Abdullah então recua, anunciando o cancelamento do acordo e autorizando a imprensa árabe a declarar que para o futuro não tinha a intenção de arrendar terras a estrangeiros¹⁵.

---

¹⁴ Supunha naturalmente o Istiqlal que uma vez resolvido o caso com os ingleses seria fácil tratar dos judeus.

¹⁵ Vale a pena salientar que os xeques árabes da Transjordânia não se opunham à transação, até pelo contrário.

O penúltimo dia daquele janeiro de 1933 marca um acontecimento cujas consequências para os judeus seriam as mais tremendas: Adolf Hitler – graças à parvoíce do senílico e decrépito marechal Paul von Hindenburg – assume o cargo de chanceler da Alemanha. Inaugurava-se o regime nazista – a mais execrável das formas de governo, a mais abominável das ditaduras: a ditadura da rale¹⁶. Não cabe aqui a análise das origens patológicas do antisemitismo de Hitler, mas acreditamos oportuna a transcrição do que afirma o historiador Joseph Tenenbaum: “Para Hitler o antisemitismo era um credo inalterável, algo que ficava além da razão... O judeu era seu inimigo pessoal, o receptáculo do seu escárnio e desprezo, o objeto do seu insaciável desejo de vingança”.

A primeira medida antissemita de natureza coletiva organizada pelo governo nazista ocorreu a 10 de abril de 1933: um boicote de âmbito nacional contra negociantes e profissionais judeus. Permitam-nos, mais uma vez, recorrer às palavras apropriadas de Joseph Tenenbaum: “A política nazista em relação aos judeus foi coerente desde o início: eliminação – comercial, profissional e física – de todos os judeus sob dominação alemã. Só os métodos mudaram: da emigração, passando pela deportação, até o assassinato. Antes da guerra era a emigração o método preferencial”. Muitos judeus alemães, entretanto, ainda mantinham ilusões, ilusões desastrosas, e a sede da Associação dos Veteranos de Guerra Judeus do Reich chegou a emitir instruções a todas as suas filiadas no sentido de que os judeus alemães deveriam ser desencorajados de emigrar para não abrir mão da posição que ocupavam na Alemanha!¹⁷

Não obstante serem as próprias autoridades nazistas a princípio favoráveis à emigração de judeus (durante algum tempo permitiram mesmo que organizações sionistas continuassem a funcionar, admitindo até coleta de fundos para o Fundo Nacional Judaico), não foi essa uma emigração em larga escala. Todavia, dos que emigravam, parte considerável se dirigia à Palestina. E ali esse acréscimo imigratório acarretou um incremento na

---

¹⁶ Não é essa apenas nossa opinião pessoal. Karl Jaspers: “Criminosos notórios começaram a dirigir o país”. Lord Strang: “Um regime tão abjeto como jamais fora encontrado na história da humanidade”. Alan Bullock: “A sarjeta subiu ao poder”. Louis L. Snyder: “Um mergulho na bestialidade como o mundo ainda não testemunhara em toda sua história”.

¹⁷ Os membros da Associação dos Veteranos de Guerra Judeus bem como os do Movimento de Renovação dos Judeus Alemães chegariam até a solicitar, em 1935, que lhes fosse permitido servir no novo exército alemão! (O pedido, é claro, não foi atendido.).

propaganda antissionista do Executivo árabe, não tardando esse órgão a lançar um manifesto à “nação árabe” protestando não só contra a imigração judaica como também contra compra de terras por judeus. Dizia esse manifesto que “a tendência geral dos judeus de se apoderarem das terras deste sagrado país e sua afluência ao mesmo às centenas e aos milhares, por meios legais e ilegais, aterrorizam o país”. Enquanto isso, a imprensa árabe encetava uma campanha antissionista, que se tornava gradativamente mais inflamada e agressiva, estimulando ao mesmo tempo agitações através do país.

No campo da política interna sionista houve, no decorrer de 1933, um agravamento da tensão entre trabalhistas e revisionistas. Estes, liderados por Jabotinsky, passaram a agir independentemente da Organização Sionista, chegando por vezes a utilizar o boicote contra a mesma, procurando dessa forma solapar o prestígio e a autoridade da organização a que, pelo menos teoricamente, deviam obediência; seus ataques mais virulentos eram, contudo, reservados aos trabalhistas¹⁸.

A animosidade entre trabalhistas e revisionistas aumentou grandemente em consequência de um crime ocorrido na noite de 16 de junho de 1933 em Tel Aviv: quando se encontrava passeando com a esposa junto à praia foi o líder trabalhista Chaim Arlosoroff alvejado por dois homens, morrendo poucos dias depois sem ter recobrado a consciência. (Foi essa uma imensa perda para o sionismo – homem moderado, admirador das instituições britânicas, era Arlosoroff amigo do alto-comissário e gozava da simpatia dos ingleses; pouco antes de sua morte estivera em Berlim, para onde fora enviado a fim de negociar um acordo referente à emigração de judeus alemães, e após conversações preliminares voltara à Palestina para relatá-las a colegas e autoridades britânicas.) Acreditou-se ter sido um ato de terrorismo político, recaindo as suspeitas sobre os revisionistas. (Ben-Gurion declarou estar convencido da culpabilidade revisionista, mas os revisionistas revidaram acusando Ben-Gurion e a Histadrut de responsáveis pelo crime...). Dois homens ligados ao Partido Revisionista foram presos,

---

¹⁸ Não faltava a essa oposição revisionista ao trabalhismo um ângulo social, pois os revisionistas, oriundos da classe média, apoiavam-se principalmente na pequena burguesia.

acusados da autoria do crime, e – em abril do ano seguinte – submetidos a julgamento; acabaram, contudo, sendo absolvidos por falta de provas¹⁹.

O assassinato de Arlosoroff agitou os debates do 18º Congresso Sionista reunido em Praga (21 de agosto a 4 de setembro de 1933). Mas o tema predominante foi a tragédia dos judeus alemães. Houve solenes protestos contra as discriminações e perseguições, e houve também apelos à Liga das Nações (tanto uns quanto outros inteiramente inócuos). Com referência à imigração na Palestina foi aprovada uma resolução protestando “contra o sistema de constante restrição da imigração, que se manifesta de maneira particularmente forte no período atual, em que as massas judaicas da Diáspora se encontram em séria crise econômica e política, em que o judaísmo alemão está sendo arruinado”. Quanto às relações árabe-judaicas foi aprovada outra resolução, que dizia em parte:

O Congresso assinala que não só não há antítese entre os esforços do povo judeu e os interesses vitais das massas árabes, como também que a colonização judaica é o fator fundamental no desenvolvimento do país, promovendo o bem-estar de amplas seções da sua população não judaica. O impressionante contraste entre o ocidente da Palestina, cujo desenvolvimento demonstra progresso rápido, e a Transjordânia, que sofre estagnação econômica, é testemunho da melhor condição do território que goza das vantagens da atividade desenvolvimentista judaica.

O novo Executivo então eleito representava uma coligação trabalhista-sionista-geral; era presidido por Nahum Sokolow (reeleito), e entre seus membros figuravam duas futuras destacadas personalidades da política israelense: Moshe Shertok (depois Sharett) e David Ben-Gurion²⁰.

---

¹⁹ Em junho de 1955, transcorridos portanto 22 anos do atentado, um ex-alto funcionário policial da época do mandato fez em Tel Aviv uma revelação sobre o caso: os dois revisionistas suspeitos não seriam realmente culpados da morte de Arlosoroff – o crime teria sido cometido por dois árabes que chegaram a confessá-lo, mas as autoridades policiais britânicas, que já haviam prendido os revisionistas, não estavam dispostas, por razões de prestígio, a admitir o erro.

²⁰ Nascido na pequena cidade de Plonsk (Polônia) em 1886, David Green fora espontaneamente, aos 20 anos, para a Palestina. Usou pela primeira vez o nome Ben-Gurion em 1910, ao assinar seu primeiro artigo escrito para um mensário sionista em Jerusalém (*Achdut*), cujos editores eram o futuro presidente de Israel, Ben-Zvi, e sua futura esposa.

Prosseguia pertinazmente a imprensa árabe em sua campanha de provocações e incitamento, chegando a acusar o governo de estar deliberadamente “inundando o país com judeus com o intuito de deslocar os árabes de suas terras e privá-los dos seus empregos”. Comícios eram organizados pelo Partido Istiqlal, a Associação Muçulmana de Moços e a Associação Cristã Muçulmana (donde se conclui que quando se tratava de malhar judeus, árabes cristãos e muçulmanos esqueciam suas diferenças)²¹.

No início de outubro anunciou o Executivo Árabe, para o dia 13, uma “greve geral” e uma “demonstração” diante dos edifícios governamentais em Jerusalém. Na data marcada, não obstante proibição das autoridades, realizou-se a manifestação, tendo a polícia feito uso de cassetetes para dispersar a multidão. A 27 do mesmo mês provocaram os árabes novo distúrbio em Jaffa, ocorrendo igualmente agitações em Nablus, Haifa e Jerusalém; edifícios públicos e soldados da polícia foram apedrejados, e por vezes viram-se os policiais obrigados a recorrer às suas armas de fogo²².

O último dia de outubro de 1933 marca a abertura do porto (novo) de Haifa, que se tornaria ponto terminal de um sistema de transportes ligando o Iraque ao Mediterrâneo. (No ano seguinte as refinarias de Haifa seriam ligadas aos campos petrolíferos de Kirkuk, no Iraque, por meio de um oleoduto.)

Em janeiro de 1934 foi promulgada uma “Ordenação das Corporações Municipais”, pela qual foram estabelecidos conselhos locais em diversas cidades da Palestina; quando se tratasse de cidades de população mista eram tais conselhos constituídos de judeus e árabes. Com essa providência visava Sir Arthur Wauchope proporcionar um estímulo à cooperação árabe-judaica.

Alguns meses depois veio à baila nova medida político-administrativa, ao voltar o governo a cogitar da instituição de um conselho legislativo (a Agência Judaica já se manifestara contrária ao mesmo cerca de dois anos antes). Mais uma vez representantes da Agência Judaica manifestaram sua oposição, alegando ser tal reforma prematura devido à

---

²¹ O que lembra a observação de Voltaire: “A religião judaica, mãe do cristianismo e avó do maometismo, espancada por seu filho e seu neto”.

²² É interessante notar que, ao contrário dos distúrbios anteriores (1920, 1921 e 1929), os de outubro de 1933 eram dirigidos não diretamente contra os judeus mas contra o governo. (O que prova que, pelo menos por esta vez, o governo não estava ao lado dos árabes...).

desproporção numérica ainda existente entre árabes e judeus. Argumentava a Agência Judaica: o Mandato concedia ao povo judeu um *status* especial na Palestina; se o Conselho Legislativo fosse instituído sob as condições numéricas então existentes aquele *status* especial seria implicitamente reduzido, ficando em consequência os judeus palestinos rebaixados ao nível de uma minoria. Não obstante essas objeções decidiu o governo levar avante o seu plano.

O ano de 1934 assinala também a fundação na Palestina de uma notável instituição de pesquisas científicas: o Instituto Daniel Sieff. Precursor do atual Instituto Weizmann, foi o mesmo estabelecido graças às contribuições de duas famílias judaicas inglesas, Sieff e Marks. A inauguração deu-se a 3 de abril, estando presente Sir Arthur Wauchope. Daniel Sieff fora o filho mais moço de Israel e Rebecca Sieff; estudante dotado de excepcionais qualidades, com especial interesse pelas ciências naturais, seus pais lhe haviam prometido um laboratório de pesquisas; contudo, falecera antes de concluir seus estudos universitários: Weizmann, amigo da família, sugeriu ao casal Sieff que em memória do filho estabelecessem um instituto de pesquisas em Rehovoth. O objetivo primordial de Weizmann era, com esse Instituto, explorar a possibilidade de aliar a agricultura ao desenvolvimento industrial; ao mesmo tempo serviria a instituição (como de fato serviu) para acolher cientistas judeus expulsos da Alemanha.

Decorrido cerca de um ano dos distúrbios de 1933, submeteu o Executivo árabe ao alto-comissário um protesto formal contra a imigração judaica e a compra de terras por judeus, alegando que isso violava as garantias aos interesses árabes contidas no Mandato. Respondeu o alto-comissário que o número de imigrantes não excedera a capacidade de absorção do país, e que ele vinha fazendo todo o possível para proteger os cultivadores árabes e aumentar a produtividade da terra. (Tal resposta, evidentemente, não satisfaz o Executivo árabe.).

1935 marcou a introdução na Palestina, embora em âmbito restrito, do uso do hebraico no serviço telegráfico do país. Resultou isso de uma longa e árdua campanha, realizada quase que isoladamente por um único indivíduo: Israel Amikam (advogado em Haifa). As principais etapas dessa campanha, pelo que contém de ilustrativo, merecem ser lembradas. Foi ela iniciada por Amikam, através de artigos de jornal, em 1922, quando

começou a trabalhar no Departamento de Correios e Telégrafos. Seus superiores britânicos tentaram dissuadi-lo, ameaçando-o de demissão caso insistisse em fazer “política”. Em 1928 apelou para o diretor-geral dos Correios, não sendo atendido; igualmente sem atendimento ficou uma solicitação à Alta Corte de Justiça. Em 1930, após recusa do secretário das Colônias de tratar da questão “por motivos administrativos e financeiros”, escreveu ao *Times* e teve uma entrevista com o deputado inglês coronel Josiah Wedgwood, então em visita à Palestina. Não obtendo êxito, dirigiu-se no ano seguinte à Comissão Permanente de Mandatos. Esta, em resolução adotada em janeiro de 1932, manifestou a esperança de que a Potência Mandatária reexaminasse a questão “a fim de verificar se ainda prevalecem as dificuldades técnicas e financeiras”. Não demonstrando o governo qualquer pressa nesse reexame, procurou Amikam o alto-comissário que prometeu estudar o caso. Finalmente, em dezembro de 1934, foi Amikam informado por Sir Arthur Wauchope que a partir de 10 de janeiro seriam aceitos e entregues, em 21 localidades, telegramas redigidos em hebraico, e que “em todos os casos a transmissão será efetuada por telefone” (ficava desse modo superada a dificuldade de introduzir um código Morse especial)²³.

No campo da política interna sionista temos a assinalar em 1935 primeiramente o agravamento da divergência entre os revisionistas e os demais membros da Organização Sionista. A 23 de abril Jabotinsky anunciou a secessão do seu grupo, com o qual constituiu, algum tempo depois, a Nova Organização Sionista, cuja principal atividade se resumiria em ataques à organização da qual se cindira²⁴.

Em agosto-setembro esteve reunido em Lucerna (Suíça) o 19º Congresso Sionista, para cuja presidência foi eleito Weizmann. Oposição ao plano britânico de estabelecer na Palestina um Conselho Legislativo foi manifestada por porta-vozes de diversas correntes. Ben-Gurion, por exemplo, assim se expressou: “Qualquer tentativa para transferir poderes legislativos, seja formalmente ou de fato, àqueles elementos que não reconhecem as obrigações do Mandato e os direitos da nação judaica à sua

²³ Os primeiros aparelhos telegráficos impressores para língua hebraica só seriam introduzidos em 1945.

²⁴ Os revisionistas voltariam à Organização Sionista em 1946, dissolvendo-se então a Nova Organização Sionista.

terra, qualquer tentativa que reduza as esperanças de alcançar um entendimento árabe-judaico sincero e digno de confiança, qualquer tentativa desse gênero encontrará a mais firme e decidida oposição do povo judeu”. Weizmann, contudo, advertiu o Congresso contra a transformação da “não participação no Conselho Legislativo numa política generalizada de não cooperação com o governo britânico”, lembrando que “não nos sobram amigos, e o governo britânico foi o único que nos permitiu desenvolver a Palestina”. O ponto de vista, podemos dizer oficial, do Congresso em relação ao Conselho Legislativo foi dado através da seguinte resolução:

O 19º Congresso Sionista soube, com grande inquietação, da intenção do Governo Mandatário de estabelecer na Palestina um Conselho Legislativo. O Congresso vê nisso um passo em sentido contrário ao espírito do Mandato, que reconhece ser o destino da Palestina de interesse não só da comunidade judaica vivendo na Palestina mas de toda a nação judaica. Qualquer instituição legislativa que se baseasse na composição atual da população palestinese, reduzindo assim a comunidade judaica na Palestina à situação de uma minoria, feriria um direito fundamental do povo judeu. A concessão de autoridade legislativa àqueles elementos da população que abertamente rejeitam o Mandato e se opõem ao Lar Nacional é uma refutação do Mandato. Sem um reconhecimento explícito do Mandato por parte dos representantes da população não judaica da Palestina, sem uma verdadeira compreensão entre judeus e árabes, qualquer instituição do gênero da preparada pelo governo colocará em perigo o crescimento do Lar Nacional e impedirá os esforços construtivos que têm trazido benefícios tanto a árabes quanto a judeus. Tal instituição será uma fonte de atritos e antagonismos entre as duas seções da população palestinese, e destruirá as esperanças de uma cooperação comum entre a população e o governo. A criação de tal instituição é igualmente um passo errado, considerando-se o baixo nível de autonomia municipal no país.

Por isso, reitera o Congresso sua oposição ao estabelecimento de um Conselho Legislativo no presente estágio de desenvolvimento do país, e vê-se forçado a rejeitar incondicionalmente o plano do governo.

Outras resoluções aprovadas referiam-se a protestos contra as perseguições na Alemanha, apelo ao governo britânico para facilitar a imigração judaica na Palestina, e queixas sobre a política aplicada naquele país pela potência mandatária (restrições à imigração, redução na

participação de trabalhadores judeus nas obras públicas, percentagem indevidamente pequena de funcionários judeus nos serviços governamentais). Para a presidência da Organização Sionista foi eleito, mais uma vez, o Dr. Chaim Weizmann (que aceitou com muita relutância, cedendo a insistentes pedidos de amigos); na mesma ocasião foi escolhido um novo Executivo, de coligação (3 trabalhistas, 3 sionistas-gerais e 1 do partido religioso Mizrachi)²⁵.

A guerra ítalo-etíope – iniciada a 3 de outubro de 1935 com a covarde agressão italiana ao indefeso país africano²⁶ – não deixou de repercutir na Palestina, criando ali um ambiente de tensão. Agravou-se esta ao ser descoberta, acidentalmente, uma grande quantidade de armas e munições, escondidas no meio de um carregamento de cimento que estava sendo desembarcado em Jaffa. O consignatário da carga era um judeu residente em Tel Aviv, o que foi apresentado pela imprensa árabe como prova definitiva de que os judeus estavam se armando em larga escala. Uma delegação árabe solicitou ao alto-comissário o confisco das armas confiadas pelo governo às colônias judaicas, buscas de armas entre os judeus e permissão para organizar patrulhas árabes com o fim de vigiar praias e fronteiras. Todavia, esse pedido para total desarmamento dos judeus viu-se consideravelmente prejudicado com a descoberta de apreciável quantidade de armas num lugarejo árabe da região de Tulkarm e a captura, pela polícia, de um bando de terroristas árabes que agia na Galileia...

Cabe assinalar aqui – e isso agora já é de completo domínio público – que a coletividade judaica palestinese, na clandestinidade (pois não havia outro meio), preparava-se militarmente com certo afinco. Moshe Pearlman, em seu livro intitulado *O Exército de Israel*, refere-se da seguinte maneira ao período subsequente aos distúrbios de 1929: “Nos anos que se seguiram a Haganah crescia firme, cuidadosa e democraticamente. O treinamento tinha que ser secreto, as armas obtidas ilegalmente e escondidas... Os membros da Haganah eram homens e mulheres fisicamente aptos, de todas as classes sociais e níveis de vida, possuídos de espírito público e vontade

²⁵ Notou-se nesse Congresso um uso bem maior do hebraico, decorrente de uma repugnância instintiva em falar a língua do então inimigo nº 1 dos judeus – a Alemanha nazista.

²⁶ Palavras do historiador americano Frederick L. Schuman: “Dos dias de Bismarck até o presente, o papel da Itália... tem sido o de um chacal, atacando somente os pequenos e os fracos, estraçalhando os já mortalmente feridos, ou agarrando os ossos dos festins dos grandes carnívoros”.

de servir à nação”. A preparação começava nas escolas (de acordo com um programa de instrução pré-militar estabelecido pela Haganah em 1930 e destinado a jovens – rapazes e moças – de 14 a 17 anos), compreendendo exercícios de campanha, sinalização, tiro, etc. Escolares de 12 anos eram utilizados nas operações (clandestinas, é claro) da Haganah como mensageiros.

Em fins de novembro uma delegação árabe apresentou ao alto-comissário um memorando em que, sustentando a tese de que a violência ocorrente na Palestina resultava diretamente da política governamental de apoio ao estabelecimento do Lar Nacional Judeu, se solicitava a proibição da transferência de terras a judeus e a cessação imediata da imigração judaica. O alto-comissário encaminhou o memorando a Londres²⁷. Enquanto isso, porém, insistia com sua proposta de Conselho Legislativo. A 21 de dezembro foi o plano formalmente apresentado aos árabes, e no dia seguinte a representantes de organizações judaicas. Segundo esse plano o Conselho se constituiria de 28 membros, dos quais 12 eleitos (8 muçulmanos, 3 judeus e 1 cristão), 11 nomeados (3 muçulmanos, 4 judeus, 2 cristãos e 2 representantes de interesses comerciais estrangeiros) e 5 funcionários governamentais; além desses haveria ainda um presidente, que deveria ser um indivíduo imparcial, até então não ligado à Palestina. As atribuições do Conselho seriam limitadas, e sujeitas ao veto do alto-comissário.

A Agência Judaica, com base na resolução aprovada pelo Congresso Sionista de Lucerna, rejeitou prontamente as propostas britânicas. A reação árabe não foi uniforme; enquanto alguns se inclinavam para uma política de cooperação com o governo (portanto aceitação do Conselho Legislativo), outros – que poderíamos chamar de extremistas, como os partidários do mufti e o Istiqlal – rejeitaram o plano governamental. (Aliás, os extremistas árabes sentiam-se grandemente animados com os êxitos italianos na Etiópia e mais ainda com o fracasso das sanções da Liga das Nações.)

Também no Parlamento inglês foi a questão do Conselho Legislativo objeto de acalorados debates – na Câmara dos Lords (opinião geral

---

²⁷ A resposta do Colonial Office veio em janeiro do ano seguinte: com relação à venda de terras era intenção do governo impedir qualquer transferência de terras em que o proprietário árabe não conservasse “o mínimo viável”; e quanto à imigração, já vinha sendo cuidadosamente dosada de acordo com a capacidade econômica do país.

desfavorável) em fevereiro de 1936 e no mês seguinte na Câmara dos Comuns, onde o plano foi criticado pelos trabalhistas e por alguns conservadores (como Winston Churchill e Leopold S. Amery, ambos ex-secretários das Colônias). Embora um tanto incomodado com essas críticas, não se dispôs o governo britânico a abandonar o seu plano. Procurou, todavia, torná-lo mais do agrado dos árabes, e a 2 de abril o secretário das Colônias (J. H. Thomas) informava aos líderes árabes estar pronto a recebê-los a fim de com eles discutir modificações no projeto. Mas antes que os árabes pudessem chegar a acordo sobre a composição da delegação que deveria ir a Londres eclodiu na Palestina nova onda de graves e sangrentos distúrbios, a que não estavam alheios fatores externos como o recrudescimento da agitação nacionalista no Egito e Síria e as transmissões, dirigidas à Palestina, da rádio fascista de Bari (Itália), insuflando a agitação com uma constante propaganda antibritânica.

Esses distúrbios, conhecidos pela denominação genérica de “revolta árabe”, iniciaram-se na noite de 15 de abril, quando salteadores árabes atacaram dez automóveis na estrada Tulkarm-Nablus roubando os pertences dos passageiros; destes, dois judeus depois de jogados num caminhão foram assassinados. Não tardou a represália – na noite seguinte, perto de Petah Tiqva, foram encontrados mortos dois árabes. Poucos dias depois, instigados por boatos de que mais árabes haviam sido mortos por judeus, turbas árabes em Jaffa atacaram judeus matando três. A ordem foi restabelecida com alguma dificuldade; impôs-se o toque de recolher em Jaffa e Tel Aviv (onde haviam ocorrido manifestações antiárabes por ocasião do enterro de uma das vítimas do assalto na estrada Tulkarm-Nablus), e por proclamação do alto-comissário entraram em vigor drásticas leis de emergência que autorizavam prisões e buscas sem ordem judicial, deportações, apreensões e utilização de veículos, e censura.

A 20 de abril foi organizado em Nablus um “comitê nacional árabe”²⁸ cuja primeira resolução foi recomendar uma greve geral para todo o país, a vigorar até que a Grã-Bretanha concordasse em executar integralmente o programa dos nacionalistas árabes. E a 25, em reunião de representantes de vários partidos árabes, foi estabelecido um comitê supremo, logo conhecido pelo nome de Comitê Superior Árabe; era formado por dez membros, sob a

---

²⁸ Antes do término do mês formar-se-iam comitês análogos em todas as localidades com grande concentração de população árabe.

presidência do mufti de Jerusalém. Apressou-se esse Comitê Superior Árabe em aprovar uma resolução determinando o prosseguimento da greve geral até que o governo britânico modificasse fundamentalmente sua política e reiterando exigências já feitas anteriormente (proibição da imigração judaica e da transferência de terras árabes a judeus, e substituição do mandato por um governo nacional). Implicava isso numa rejeição da proposta referente ao Conselho Legislativo. Nem assim o alto-comissário perdeu as esperanças, aconselhando aos líderes árabes enviarem sua delegação a Londres; advertiu-os, contudo, contra a continuação ou encorajamento de atos ilegais. Em resposta, declararam os árabes lamentar fosse a greve acompanhada de violências, e quanto ao envio da delegação a Londres condicionaram-na a uma prévia suspensão da imigração judaica. Tal condição foi considerada inaceitável pela Administração.

Dias depois, em Jerusalém, reuniu-se uma conferência geral árabe (de delegados de todos os comitês nacionais) que, reafirmando a posição assumida pelo Comitê Superior, ameaçou instaurar no país um programa de desobediência civil. Wauchope, sempre otimista, tentou mais uma vez conciliar os árabes, informando-os que, tão logo voltasse a tranquilidade ao país, o governo britânico nomearia uma comissão de inquérito para investigar as queixas árabes. Também aí nada feito. Mas, transcorrida menos de uma semana era a Câmara dos Comuns informada por J. H. Thomas, secretário das Colônias, que ficara “decidido, após a restauração da ordem, aconselhar Sua Majestade a nomear uma Comissão Real que, sem submeter à sua consideração os termos do Mandato, investigará as causas de intranquilidade e as queixas alegadas, quer de árabes quer de judeus”. Aduziu Thomas que a ordem teria de ser restabelecida antes da Comissão partir para a Palestina, e que sem que fosse previamente estudado o relatório da Comissão “não se poderia ter em vista qualquer mudança de política”.

Nesse mesmo dia, 18 de maio, divulgou o alto-comissário a quota de imigração de judeus para o semestre abril-setembro de 1936. Cerca de um mês antes a Agência Judaica submetera um requerimento para 11.200 vistos, mas o alto-comissário afirmara então que qualquer decisão a respeito seria adiada até que a situação do país se estabilizasse. Os líderes árabes haviam feito da suspensão da imigração uma condição indispensável para a cessação da greve. O governo palestinese, contudo, depois de notificado pela Agência Judaica de que consideraria o continuo adiamento da

publicação da quota como “uma rendição à violência”, resolvera divulgar essa quota – apenas 4.500 para todo o semestre (ou seja, 750 por mês).

A greve árabe, iniciada pelos mercadores de Jaffa e Jerusalém, propagara-se para outras cidades. Frequentemente era acompanhada de manifestações violentas nas quais judeus eram assaltados e apedrejados. Também os distritos rurais foram atingidos pelas desordens. Os atos de terrorismo e sabotagem eram em geral cometidos à noite – casas e plantações eram incendiadas, pomares destruídos, poços d’água e tubos de irrigação danificados, rodovias minadas (outras vezes espalhavam-se pregos), fios telefônicos cortados, trens descarrilhados; residências, sinagogas e escolas judaicas eram alvos frequentes de tiros e bombas.

Não obstante a chegada de reforços militares (pedidos pelo alto-comissário), as providências adotadas pelas autoridades britânicas foram insuficientes e inadequadas. Mantinha ainda Sir Arthur Wauchope a ilusão de poder conseguir a boa vontade dos líderes árabes, e por isso recusou-se a decretar a lei marcial ou autorizar medidas militares mais enérgicas.

A revolta se agravou durante os meses de verão. Os bandos árabes cresciam em número e eram supridos de armas e munições, apreciável quantidade das quais proveniente da Transjordânia. Um ativo apoio aos arruaceiros árabes era também dado pelos colonos nazistas dos velhos estabelecimentos dos Templários na Palestina²⁹. Mas os próprios governos alemão e italiano (principalmente este) prestavam à rebelião um considerável auxílio financeiro, sendo que dos fundos recebidos da Itália alguns eram manejados por instituições religiosas italianas³⁰. O governo britânico, todavia, achou mais cômodo, pelo menos de público, ignorar essa intervenção estrangeira. Aos bandos rebeldes de árabes palestinese vieram juntar-se chefes guerrilheiros oriundos do exterior, dentre os quais o mais conhecido era Fawzi el-Kaukji. Este proclamou-se generalíssimo das forças rebeldes (então totalizando cerca de 5.000 homens) e sob sua

²⁹ Esses estabelecimentos eram Waldheim-Bethlehem, Sarona e Wilhelma. Aliás mesmo antes da guerra de 1914 a comunidade dos Templários (colonos alemães) já se mostrava fortemente hostil ao sionismo.

³⁰ A 5 de junho de 1936 a *Civiltà Cattolica*, órgão dos jesuítas publicado em Roma, afirmava: “A criação de um Estado judeu aumentaria a ameaça judaica, porque os judeus, ardilosos aproveitadores, penetram em todas as organizações internacionais”. E na edição de 3 de outubro do mesmo ano: “Os judeus constituem um sério e permanente perigo para a sociedade”.

orientação e comando os bandos árabes chegaram a travar combate até com tropas britânicas³¹. Estas, contudo, eram empregadas somente para manter as rodovias livres e as vias férreas em funcionamento, ou então em defesa de posições estratégicas, não empreendendo contra os guerrilheiros nenhuma ação ofensiva.

E qual era a essa altura dos acontecimentos o comportamento da população judaica? Os órgãos mais representativos da coletividade – a Agência Judaica, o Vaad Leumi e a Histadrut – recomendaram (e, na medida do possível, impuseram) a adoção de dois princípios consubstanciados nas palavras hebraicas *haganah* e *havlagah*. O significado prático do princípio da *haganah* (autodefesa) era o de que os judeus se defenderiam dos ataques dirigidos contra eles e seus estabelecimentos, usando armas sempre que necessário. Pelo princípio da *havlagah* (autocontenção) não tomariam represálias indiscriminadas contra os árabes nem se deixariam provocar para contra-ataques. Podemos dizer que, de um modo geral (foram poucas as exceções), tal política foi seguida firmemente, não obstante sistemáticas provocações árabes e veementes protestos dos revisionistas. Essa atitude de extraordinária moderação causou admiração às autoridades britânicas, e Wauchope chegou a permitir, atendendo a reiterados apelos da Agência Judaica, uma certa expansão dos meios de defesa legais da coletividade judaica. Assim os membros judeus da força policial regular, que em abril de 1936 totalizavam 290, tiveram ao fim do verão o seu número duplicado; ao mesmo tempo foram admitidos 2.700 policiais judeus extranumerários, a fim de proteger localidades expostas e distritos judeus em cidades de população mista³².

O principal fator que contribuiu para que os ataques às colônias judaicas fossem repelidos foi a existência (e atuação) da Haganah, o exército clandestino judeu. Afirma Moshe Pearlman:

No norte e no sul havia comunidades agrícolas solitárias, isoladas no deserto, afastadas de centros de auxílio. Elas constituíam alvos óbvios para os bandos árabes... Foram atacadas. Em todos os casos os

colonos se defenderam. Sofreram baixas, mas também infligiram baixas aos atacantes. Nenhuma colônia judaica foi evacuada e nenhuma foi destruída. Não houve um único caso de pogrome, no sentido de um grupo de judeus, desarmados, se agacharem diante da ameaça do facão do carneiro. Eles enfrentaram seus atacantes com firmeza, resistiram de acordo com planos treinados secretamente, com armas adquiridas ilegalmente. Se houvessem confiado nas forças governamentais de segurança, na polícia ou nas tropas britânicas, numerosas colônias estariam transformadas em montões de cinzas e destroços, e cidades-jardins modelos poderiam ter-se tornado silenciosos cemitérios.

Informa o mesmo autor (oficial do exército israelense) que nesse tempo houve até, embora não abertamente, uma espécie de cooperação entre as forças militares britânicas e a Haganah: “Cada unidade britânica possuía um ‘intérprete’ judeu que era na realidade o oficial de ligação entre as autoridades militares britânicas e a Haganah”. Ainda segundo Pearlman os distúrbios de 1936 constituíram para a Haganah uma dupla prova: 1º) se a organização estava em condições de resistir a um ataque em larga escala; 2º) se a Haganah era capaz de manter sua disciplina como força puramente defensiva e não como um agressivo exército privado. “A Haganah passou em ambas as provas”.

Em meados de 1936 dois governos árabes (Transjordânia e Iraque) procuraram intervir na crise palestinese. Em junho e agosto realizaram-se em Amã encontros entre Abdullah (provavelmente agindo por sugestão da Grã-Bretanha) e membros do Comitê Superior Árabe. Nesses encontros procurou o emir da Transjordânia induzir os líderes árabes da Palestina a pôr término à greve e aos distúrbios. Seus esforços, porém, não tiveram êxito, pois os porta-vozes dos árabes palestinese continuavam insistindo na suspensão da imigração judaica como condição prévia para a pacificação.

Ainda em agosto o ministro do Exterior do Iraque, Nuri as-Said, veio a Jerusalém, onde se entrevistou com Moshe Shertok (da Agência Judaica), a quem tentou persuadir a concordar com uma suspensão voluntária e temporária da imigração judaica, comprometendo-se em troca a convencer os árabes da sinceridade dos judeus em seu desejo de entendimento. Shertok rejeitou a sugestão.

³¹ A violência árabe não era dirigida apenas contra judeus e britânicos – os próprios membros da população árabe que se mostrassem hesitantes em se associar aos bandos armados ou em pagar os tributos pelos mesmos exigidos recebiam tratamento impiedoso.

³² A princípio a manutenção desses policiais foi, em grande parte, custeada pela própria comunidade judaica.

A 3 de setembro ocorreu nas proximidades de Tulkarm um sério conflito entre árabes e tropas britânicas. A atitude governamental tornou-se de imediato mais rígida, anunciando-se logo medidas para reforçar a guarnição militar britânica na Palestina. Poucos dias depois foi emitida uma declaração em que, após um relato dos distúrbios, se anunciava que o emprego da força se tornara imprescindível. Ao mesmo tempo, porém, reafirmava o governo o seu propósito de manter boas relações com os países muçulmanos e reiterava a opinião de que as obrigações para com árabes e judeus eram de igual peso e de modo algum irreconciliáveis. A 12 de setembro foram os membros do Comitê Superior Árabe advertidos de que uma drástica ação militar se achava planejada. No fim do mês chegaram à Palestina novos contingentes, elevando o total de tropas britânicas no país a aproximadamente 20 000, e o alto comissário foi autorizado a tomar qualquer medida de emergência considerada essencial à segurança pública, inclusive decretação da lei marcial.

Diante dessas providências ficaram os líderes árabes em situação difícil, praticamente insustentável. Isso porque militarmente não estavam os bandos árabes em condições de resistir a uma ação britânica enérgica. Além disso, economicamente vinham os árabes sofrendo prejuízos maiores que os judeus. Isso se fez notar principalmente em Jaffa, a mais próspera cidade árabe da Palestina, que teve um grande decréscimo no seu movimento portuário e perdeu muitos dos seus estabelecimentos comerciais e industriais de propriedade judaica. Nas demais localidades árabes da Palestina houve igualmente uma elevação do número de desempregados, devido não só à interrupção dos negócios como também ao desaparecimento do comércio turístico. Particularmente apreensivos estavam os cultivadores árabes de laranjas (que constituíam o grupo que provavelmente mais contribuía para financiar a rebelião); com a aproximação da colheita ficaram eles receosos quanto à venda da mesma. E ainda, do ponto de vista político, começavam a ser notados sintomas de divergências entre os chefes árabes.

Necessitava, porém, o Comitê Superior Árabe encontrar uma “saída honrosa”. Isso lhe seria possibilitado pelo recebimento, a 11 de outubro, de notas (de idêntico teor) dos soberanos do Iraque, Arábia Saudita, Transjordânia e Iêmen. Esses monarcas – embora prometendo, para o futuro, manter seu auxílio – solicitavam a “seus filhos, os árabes da Palestina”, que pusessem fim ao derramamento de sangue e tivessem

confiança “nas boas intenções de nossa amiga, a Grã-Bretanha, que declarou que fará justiça”. Não precisava o Comitê Superior Árabe de mais nada, anunciando no mesmo dia ter decidido, com a concordância unânime dos comitês nacionais, “atender ao apelo de Suas Majestades e Altezas, os Reis e Emires árabes, e pedir à nobre nação árabe da Palestina que retorne à tranquilidade e ponha fim às greves e desordens”. No dia seguinte reiniciava-se, de um modo geral, o trabalho no país. Os bandos de guerrilheiros oriundos do exterior (inclusive seus comandantes) puderam, contudo, escapar, não obstante haver nas proximidades forças britânicas. Em alguns lugares ocorreram ainda emboscadas e atos de violência esporádicos, mas os distúrbios organizados cessaram.

Restabelecida assim a ordem, partiu da Inglaterra, a 5 de novembro de 1936, a Comissão Real para a Palestina, também conhecida como Comissão Peel. Presidia-a o conde Peel, antigo secretário de Estado para a Índia e, na opinião de Weizmann, foi “a mais distinta e competente das comissões de inquérito enviadas à Palestina”.

No mesmo dia do embarque da Comissão anunciou-se haver o governo britânico rejeitado o ponto de vista de que, por razões econômicas, a imigração deveria ser suspensa. Entretanto, a quota de imigração de trabalhadores judeus para o semestre a terminar em março de 1937, divulgada pelo Colonial Office, foi de apenas 1 850. A Agência Judaica, se por um lado ficou satisfeita em ver mantido – embora de forma quase simbólica – o princípio da continuidade da imigração, por outro lado mostrou-se decepcionada, e mesmo estarecida, diante do número reduzidíssimo de vistos (cerca de 40% do total aprovado para o semestre anterior e somente 17% do total solicitado). Quanto ao Comitê Superior Árabe que provavelmente acreditara que o término da greve sustaria a imigração judaica (pelo menos durante a duração do inquérito), anunciou que enquanto fosse permitida a entrada de judeus nenhum representante do movimento nacional árabe compareceria perante a Comissão Real.

A Comissão chegou à Palestina no dia 11 de novembro. Ali permaneceu cerca de dois meses, ouvindo depoimentos de mais de uma centena de pessoas e recebendo memorandos (do governo palestinese, da Agência Judaica e do Vaad Leumi). Os árabes, conforme vimos, haviam anunciado seu não comparecimento, mas pouco antes da conclusão do

inquérito mudaram de atitude, atendendo, mais uma vez, a um “apelo” dos monarcas árabes.

A Agência Judaica, em *Memorando à Comissão Real para a Palestina*, manifestou de modo explícito o ponto de vista de que os interesses dos judeus e árabes na Palestina eram perfeitamente conciliáveis. Com relação ao Mandato, dizia o memorando:

O Mandato diz respeito aos judeus não como indivíduos mas como povo. O seu intento não é meramente um esquema de colonização para benefício de judeus individualmente e sim prover um lar – um lar nacional – para o povo judeu em seu conjunto. A referência³³ aos “laços históricos” que ligam o povo judeu à Palestina e o uso da expressão “reconstituição” tencionam indicar claramente que ao estabelecerem seu lar nacional na Palestina os judeus devem ser encarados não como um elemento alienígena importado na Palestina e lá vivendo por tolerância, mas como um povo retornando ao solo do qual surgiu, para ali reconstruir a estrutura de sua vida nacional.

A 25 de novembro depôs perante a Comissão o Dr. Chaim Weizmann. Narra ele em sua autobiografia que em Jerusalém, ao se encaminhar entre duas fileiras de espectadores para a porta do edifício onde se realizavam as sessões da Comissão, ouviu distintamente, de ambos os lados, murmúrios de “Deus o favoreça em sua missão”. Em seu depoimento (que durou mais de duas horas) procurou Weizmann expor os princípios básicos do movimento sionista e a urgência para uma solução do problema judaico. Falou dos milhões de judeus “encurralados em lugares onde são indesejáveis³⁴ e para os quais o mundo se acha dividido em lugares em que não podem viver e lugares em que não podem entrar”; para eles “um certificado de imigração para a Palestina e uma dádiva suprema. Um em vinte, um em trinta poderão obtê-lo, e para eles isso significa a redenção... Quando se fala do povo judeu fala-se de um povo que é minoria em toda parte, que em lugar algum é maioria, que até certo ponto se identifica com as raças entre as quais vive, mas que não é inteiramente idêntico. É um espírito desencarnado de uma raça, e inspira suspeita, e a suspeita gera o ódio. Deve haver um lugar no mundo, nesse vasto mundo de Deus, onde possamos viver e nos exprimir de acordo com nosso caráter, e dar nossas

contribuições à civilização à nossa própria maneira, e através de nossos próprios canais”. Declarou que os judeus respeitavam os direitos dos árabes e a necessidade de desenvolvimento dos mesmos, e que não era desejo dos judeus dominar os árabes, assim como não desejavam também ser dominados por eles. Os judeus estavam dispostos a aderir ao princípio da paridade: “Se fosse agora estabelecido um Conselho Legislativo e se a presente minoria judaica obtivesse nele um número de lugares igual ao da maioria árabe, os judeus, de sua parte, nunca reivindicariam mais do que um número igual, qualquer que viesse a ser a futura proporção entre as populações árabe e judaica”. Concluindo, falou Weizmann do que até então já havia sido realizado pelos judeus na Palestina³⁵, salientando “os benefícios gerais que do nosso trabalho advieram para o país”.

David Ben-Gurion também foi ouvido pela Comissão. Lembrou ele que ao ser o objetivo do sionismo formulado pela primeira vez em termos políticos (em 1897, no 1º Congresso Sionista) foram usadas quase que as mesmas palavras da Declaração Balfour: “criar na Palestina um lar para o povo judeu”. Afirmou que os sionistas não almejavam fazer da Palestina um Estado Judeu: “Ao contrário, gostaríamos que este país estivesse ligado a um organismo mais amplo, um organismo denominado Comunidade Britânica de Nações”. Além disso, “há, na Palestina, Lugares Santos que são sagrados para todo o mundo civilizado e não estamos desejosos, nem é do nosso interesse, que nos tornemos responsáveis por eles”.

A linha moderada de Weizmann e Ben-Gurion não foi seguida por Jabotinsky³⁶. O líder revisionista descreveu a política britânica na Palestina como uma política sem plano, uma chafurdice. Acusou a administração palestinese de falta de energia e atitudes dilatórias em relação aos distúrbios, e pediu ao governo britânico que permitisse aos judeus uma organização legal de defesa. Propôs um plano decenal abrangendo desenvolvimento agrícola, reforma do serviço público, revisão da política fiscal, admissão de judeus na Transjordânia (para Jabotinsky, convém lembrar, Palestina significava “ambos os lados do Jordão”), e garantia de segurança pública através do estabelecimento de um contingente judeu no exército britânico. Com relação ao problema árabe assim se expressou:

³³ No Preâmbulo do Mandato para a Palestina.

³⁴ Referência não só ao judaísmo alemão como também aos judeus poloneses, cuja situação se agravava.

³⁵ Viviam então na Palestina 400 000 judeus (em contraste com um total de 55 000 ao tempo da Declaração Balfour).

³⁶ Foi ele ouvido pela Comissão em Londres, após haver a mesma regressado da Palestina.

Não se cogita de expulsar os árabes. Pelo contrário – nossa ideia é que a Palestina, de ambos os lados do Jordão, contenha os árabes, seus descendentes, e muitos milhões de judeus. Não nego que os árabes da Palestina se tornarão necessariamente uma minoria no país. O que nego é que isso seja uma desonra. Isso não é desonra para raça alguma, nação alguma que possua tantos Estados nacionais e muitos outros Estados nacionais no futuro. Uma fração que não é muito grande, um ramo dessa raça, terá de viver num Estado de outrem; mas isso acontece até com as nações mais poderosas do mundo. Isso é normal, e não há nisso nenhuma vergonha. Assim, quando vemos a reivindicação árabe confrontada com a reivindicação judaica – eu compreendo perfeitamente que qualquer minoria preferiria ser maioria: é bastante compreensível que os árabes da Palestina também prefeririam que a Palestina fosse o Estado Árabe nº 4, nº 5 ou nº 6 – isso eu compreendo bem – mas quando a reivindicação árabe é confrontada com o nosso pedido de salvação, isso soa como as exigências do apetite *versus* as exigências da fome...

Existe apenas um caminho para o acordo. Dizei a verdade aos árabes, e então vereis que o árabe é sensato, é inteligente, é justo; o árabe pode compreender que já havendo três ou quatro Estados inteiramente árabes, será então uma questão de justiça que a Grã-Bretanha estará realizando se a Palestina for transformada num Estado Judeu. Então haverá uma mudança de opinião entre os árabes, então haverá paz.

A questão da compra de terras por judeus – e os alegados prejuízos que isso acarretaria aos lavradores árabes – foi abordada pelo Dr. Arthur Ruppin, que em seu depoimento declarou:

Não há de nossa parte qualquer tendência para expulsar os agricultores de suas propriedades. Os poucos casos em que residentes árabes foram deslocados pelas aquisições judaicas são insignificantes diante do número bem maior de agricultores árabes que perderam suas terras em consequência de dívidas a credores árabes. Nosso objetivo é aperfeiçoar os métodos agrícolas, especialmente pela irrigação, e criar novas possibilidades de colonização para os judeus sem de forma alguma prejudicar o sustento dos antigos cultivadores árabes... Aceitamos, e temos aceito desde o tempo de Sir John Hope Simpson, a fórmula de que em todos os casos de compra de terras por judeus os cultivadores árabes devem permanecer e que sua situação econômica não deve deteriorar, e tenho a esperança que venha a se tornar melhor. Concordamos com as medidas de controle pelo governo com respeito ao cumprimento dessas condições, mas para a

execução de um programa que crie novas possibilidades de colonização judaica sem causar prejuízos aos árabes, torna-se indispensável uma participação muito mais ativa do governo nas atividades de desenvolvimento.

Resumindo, podemos dizer que, de um modo geral, os sionistas se mostraram bastante conciliatórios (Jabotinsky, representando uma dissidência, constituía evidentemente uma exceção); satisfazendo-se com um mínimo de garantias políticas, declararam-se dispostos a aceitar o princípio da paridade, dando primordial importância ao desenvolvimento agrícola e industrial da Palestina como meio de solucionar o problema da aparente incompatibilidade entre os interesses árabes e judaicos.

Os árabes³⁷, por seu lado, revelaram-se completamente intolerantes em relação ao Lar Nacional Judaico. Alegaram, entre outras coisas, que: a imigração judaica era prejudicial ao país; as atividades judaicas faziam subir o custo de vida; a aquisição de terras pelos judeus deslocava os agricultores árabes; a recusa dos judeus em empregar árabes causava desemprego entre estes; o reconhecimento da língua hebraica como idioma oficial era um luxo dispendioso e desnecessário; o emprego do termo “Eretz Israel” (Terra de Israel), impresso em caracteres hebraicos nos selos e documentos públicos, constituía uma ofensa para os árabes. Exigiram os representantes árabes a abolição do Mandato e sua substituição por um tratado em que a Grã-Bretanha lhes assegurasse a independência.

Cerca de quatro meses foram dedicados pela Comissão Peel à elaboração do seu relatório. Poucas semanas antes do mesmo ser divulgado, enviou o Ministério do Exterior da Alemanha um telegrama-circular a todas as missões diplomáticas alemãs. Referia-se esse telegrama ao inquérito realizado pela Comissão Peel e à possível criação de um Estado Judeu na Palestina:

...A Alemanha tem realmente o maior interesse em que o judaísmo se mantenha disperso,...

...A questão judaica é... um dos problemas mais importantes da política externa alemã. A Alemanha tem pois um interesse considerável na evolução do caso palestinese. Um Estado

---

³⁷ A principal testemunha árabe foi o mufti, na qualidade de presidente do Comitê Superior árabe.

palestinense não absorverá o judaísmo, mas – por uma certa analogia com a situação do Vaticano – proporcionar-lhe-á um poderio suplementar, baseado no Direito Internacional, e que poderá revelar-se fatal para a política externa alemã.

...O governo britânico foi informado pelo embaixador alemão em Londres que... seria errôneo pensar que a Alemanha acolheria favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de uma construção política mais ou menos sob direção judaica.

...A legação alemã em Bagdá recebeu instruções para manifestar, de modo mais nítido que antes, o interesse da Alemanha pelas aspirações nacionais árabes.

Jerusalém recebeu instruções análogas.

...Pedimos informar-nos se os esforços empreendidos pelo judaísmo no sentido de despertar o interesse do público, ou do governo junto ao qual estais acreditado, pela criação de um Estado Judeu palestinense são perceptíveis.

O relatório da Comissão Peel – qualificado por Israel Cohen como “o trabalho mais informativo e judicioso sobre a Palestina desde o início da ocupação britânica” – foi divulgado a 7 de julho de 1937; merece que dele tratemos com alguns detalhes.

Declarou a Comissão achar-se plenamente convicta, sem a menor margem de dúvida, que as únicas “causas subjacentes” dos distúrbios eram:

(I) O desejo de independência nacional dos árabes.

(II) Seu ódio e receio do estabelecimento do Lar Nacional Judaico.

Como fatores complementares ou subsidiários, citava a Comissão:

(I) O efeito que teve sobre a opinião árabe da Palestina a consecução de independência nacional, primeiro pelo Iraque, de maneira menos completa pela Transjordânia, depois pelo Egito e ultimamente por Síria e Líbano.

(II) A pressão exercida sobre a Palestina pelo judaísmo mundial em virtude dos sofrimentos dos judeus na Europa Central e Oriental. Os consequentes números elevados da imigração judaica de 1933 em diante

acentuaram gravemente os temores árabes de uma dominação judaica sobre a Palestina.

(III) A crença árabe de que os judeus poderiam sempre alcançar seus objetivos por meios negados aos árabes.

(IV) O aumento da desconfiança árabe quanto à capacidade ou vontade do governo de Sua Majestade de cumprir promessas feitas aos árabes.

(V) A inquietação árabe em relação às contínuas compras de terras árabes pelos judeus³⁸.

(VI) O caráter intensivo do nacionalismo judaico na Palestina; o “modernismo” de muitos dentre os imigrantes jovens; a linguagem provocadora usada por judeus irresponsáveis e o tom extremado da imprensa tanto judaica quanto árabe.

(VII) A incerteza geral – acentuada pela ambiguidade de certas frases do Mandato – quanto às intenções finais da Potência Mandatária.

Tratando do argumento sionista de que o progresso da Palestina era devido em grande parte ao esforço judaico pelo estabelecimento do Lar Nacional, chegou a Comissão às seguintes conclusões:

(I) A introdução em larga escala de capital judaico na Palestina tem tido um efeito geral fecundo sobre a vida econômica de todo o país.

(II) A expansão da indústria e citricultura árabes tem sido em grande parte financiada pelo capital assim obtido.

(III) O exemplo judaico muito contribuiu para melhorar o cultivo árabe, especialmente de frutas cítricas.

(IV) A mão de obra árabe nas áreas urbanas, particularmente nos portos, tem aumentado graças ao desenvolvimento e empreendimentos judaicos.

(V) As obras de recuperação e contra malária realizadas nas colônias judaicas beneficiaram todos os árabes dos arredores.

(VI) Instituições estabelecidas com fundos judaicos, primordialmente

---

³⁸ A Comissão, todavia, reconheceu que as queixas árabes sobre imigração judaica e compra de terras por judeus “não podiam ser encaradas como legítimas diante dos termos do Mandato”.

para servir ao Lar Nacional, também têm prestado serviços à população árabe. A Hadassah, por exemplo, trata pacientes árabes, notadamente no Hospital de Tuberculose de Safed e no Instituto de Radiologia em Jerusalém, admite camponeses árabes nas clínicas do seu Fundo Beneficiente Rural, e realiza muitas obras de assistência à infância para as mães árabes.

(VII) O efeito benéfico geral da imigração judaica sobre o bem-estar árabe é ilustrado pelo fato de que o aumento da população árabe é mais acentuado nas áreas urbanas atingidas pelo desenvolvimento judaico. Uma comparação entre os censos de 1922 e 1931 mostra que, há seis anos, o aumento percentual foi de 86 em Haifa, 62 em Jaffa e 37 em Jerusalém, enquanto nas cidades puramente árabes como Nazaré e Hebron foi de apenas 7, havendo em Gaza um decréscimo de 2%.

Ainda em relação ao mesmo assunto, dizia o relatório: “...os árabes tem compartilhado de maneira considerável dos benefícios materiais que a imigração judaica trouxe à Palestina. A obrigação do Mandato a esse respeito tem sido atendida. A situação econômica dos árabes, considerada em conjunto, não foi até agora prejudicada pelo estabelecimento do Lar Nacional Judaico”.

Não obstante ter constatado o progresso introduzido pelos judeus no país, achou a Comissão conveniente recomendar restrições às compras de terras por judeus. Confessou, porém, que tal recomendação se baseava em motivos políticos, afirmando que os árabes não desejavam o desenvolvimento do país se isso implicasse em perda do controle do mesmo por parte deles³⁹.

Reconheceu a Comissão terem os judeus demonstrado que eram capazes de ampliar a capacidade econômica de absorção do país. Reconheceu também que se tornava necessária uma imigração maior na Palestina devido a fatores como o advento do regime nazista na Alemanha,

---

³⁹ O relatório apresentava da seguinte maneira o ponto de vista árabe sobre a melhoria econômica do país: “Vocês dizem que melhoramos de situação; afirmam que nossa casa foi enriquecida pelos estranhos que nela entraram. Mas a casa, e nossa, não convidamos os estranhos a ingressar nela, nem lhes pedimos que a enriquecessem, e não nos importa quão pobre ou desolada ela esteja desde que nós sejamos seus donos”.

a pressão econômica exercida contra os judeus na Polônia⁴⁰ e as drásticas restrições à imigração nos Estados Unidos. Não obstante, recomendou uma redução da imigração judaica, sugerindo fosse a mesma fixada em 12 000 por ano, no máximo (com possibilidade de redução ainda maior, a critério do alto-comissário, em caso de condições econômicas desfavoráveis). Essa limitação, visando claramente manter a proporção então existente entre as populações árabes e judaicas – uma proporção de aproximadamente 10 para 3 – tornaria os judeus uma minoria permanente.

O problema da segurança pública foi considerado pela Comissão como um dos pontos mais fracos da administração palestinese: “É evidente hoje que o elementar dever de proporcionar segurança pública não tem sido cumprido. Se há uma queixa que os judeus têm o direito indubitável de proferir é quanto à questão de segurança. Suas reclamações referentes a esse assunto têm sido dignas e moderadas”. Constatou a Comissão que os árabes da Palestina recebiam regularmente fornecimentos clandestinos de armas através da fronteira transjordana; ao mesmo tempo mencionava-se a suspeita de que também os judeus possuíam grandes suprimentos de armas e munições. Admitia-se que a posição isolada de muitas colônias judaicas necessitava de uma proteção mais adequada, e a Administração do país foi criticada por se mostrar até então ineficaz na proteção dessas colônias. Recomendou a Comissão que em casos de novos distúrbios fosse imediatamente decretada a lei marcial. E para melhorar as condições de segurança pública foram propostas as seguintes medidas: criação de uma força de patrulhas eficiente ao longo da fronteira para evitar o contrabando de armas, aumento considerável da polícia britânica, ampliação da rede radiotelegráfica, e manutenção de uma poderosa força militar britânica.

A atitude nacionalista encontrada em ambos os sistemas educacionais (árabe e judaico) foi objeto de crítica. Achou a Comissão que o sistema escolar judaico era, de um modo geral, eficiente; a Universidade Hebraica de Jerusalém foi elogiada como centro de pesquisas científicas e de cultivo de humanidades. Julgou, todavia, as escolas judaicas – com seu ensino de hebraico, história e literatura judaicas – excessivamente preocupadas com

---

⁴⁰ Em 1934 foi organizado na Polônia o Partido Nacional Radical, subsidiado com dinheiro alemão e com um programa que se assemelhava bastante ao nazismo; suas atividades compreendiam, entre outras, o saque ou o boicote de estabelecimentos comerciais judaicos.

os aspectos nacionais da cultura, e também à Universidade foi feita a restrição de apresentar um cunho demasiadamente nacionalista. Quanto ao sistema escolar árabe (mantido e supervisionado pelo governo), salientou a Comissão que suas escolas “haviam-se tornado seminários de nacionalismo árabe; os professores são, em sua maioria, ardorosos nacionalistas”. Acreditava a Comissão que seria possível reduzir as tendências separatistas nas escolas promovendo-se uma educação mista e ministrando instrução principalmente em língua inglesa; propôs ainda a fundação, em Jerusalém, de uma Universidade Britânica para servir ao Oriente Médio de um modo geral e que (na opinião dos membros da Comissão) poderia vir a ser útil à moderação dos antagonismos nacionais naquela parte do mundo.

Reconheceu a Comissão que uma política favorável ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico era obrigação básica do Mandato. Mas... “A dificuldade sempre foi e – se o Mandato for mantido – continuará sendo a de que a existência do Lar Nacional, qualquer que seja sua área, barra aos árabes da Palestina a possibilidade de conseguir uma situação nacional idêntica à já alcançada, ou a ser em breve alcançada, por todos os demais árabes da Ásia”. E adiante: “O reconhecimento internacional do direito dos judeus retornarem à sua antiga pátria não envolvia o reconhecimento do direito dos judeus nela governarem os árabes contra a vontade destes”. Para a Comissão as obrigações britânicas perante judeus e árabes eram irreconciliáveis:

Nos limites estreitos de um pequeno país surgiu entre duas comunidades nacionais um conflito irreprimível. Cerca de 1 000 000 de árabes estão em luta, aberta ou latente, com aproximadamente 400 000 judeus. Entre eles não há terreno comum. A comunidade árabe é de caráter predominantemente asiático, a comunidade judaica predominantemente europeia. Diferem em religião e língua. Sua vida social e cultural, seus modos de pensar e agir, são tão incompatíveis quanto suas aspirações nacionais. Estas constituem o maior obstáculo à paz. Árabes e judeus poderiam possivelmente aprender a viver e a trabalhar juntos na Palestina se fizessem um esforço sincero para reconciliar e combinar seus ideais nacionais e assim com o tempo instituir uma nacionalidade conjunta ou dual. Isso, porém, não podem fazer. A guerra e suas consequências inspiraram em todos os árabes o desejo de reviver, num mundo árabe livre e unido, as tradições da idade de ouro árabe. Os judeus, igualmente, inspiram-se em seu passado histórico. Eles querem mostrar o que a nação judaica pode

realizar quando restaurada em seu país de origem. A assimilação nacional entre árabes e judeus está portanto fora de cogitações.

Daí se conclui que, para a Comissão, o Mandato era impraticável. Como solucionar então o problema? Responde a Comissão: dividindo a Palestina, deixando cada povo governar uma parte da mesma. Assim, propôs a Comissão a partilha da Palestina em 3 partes: um Estado Judeu, um Estado Árabe, e uma área britânica (uma espécie de corredor), sob mandato permanente, que incluiria Jerusalém, Belém, Lydda, Ramleh e Jaffa.

Achava a Comissão que a proposta de partilha era vantajosa tanto para os árabes quanto para os judeus. Eis alguns dos argumentos apresentados:

As vantagens para os árabes podem ser assim resumidas:

Eles obtêm sua independência nacional, podendo cooperar em condições de igualdade com os árabes dos países vizinhos pela causa da unidade e progresso árabes.

Eles finalmente se veem libertos do temor de serem “atolados” pelos judeus e da possibilidade de sujeição ao domínio judaico.

A limitação final do Lar Nacional Judaico dentro de fronteiras determinadas e a promulgação de um novo Mandato para os Lugares Santos, solenemente garantido pela Liga das Nações, afasta o receio de que os Lugares Santos venham a ser controlados por judeus.

Como compensação pela perda de territórios que os árabes consideram seus, o Estado Árabe receberá uma subvenção do Estado Judeu...

Para os judeus as vantagens da partilha podem ser assim resumidas:

A partilha assegura o estabelecimento do Lar Nacional Judaico afastando a possibilidade de ficar o mesmo futuramente sujeito à dominação árabe.

A partilha possibilita aos judeus considerar, no sentido mais amplo, o Lar Nacional como deles, pois converte-o num Estado Judeu. Seus cidadãos poderão admitir tantos judeus quantos eles próprios acreditarem possam ser absorvidos. Eles alcançarão o objetivo básico do sionismo – uma nação judaica implantada na Palestina, dando aos

seus habitantes uma situação idêntica à dos cidadãos de outras nações. Eles finalmente deixarão de levar uma “vida de minoria”.

Tanto para os árabes quanto para os judeus a partilha oferece uma perspectiva – e não vemos tal perspectiva em nenhuma outra política – de alcançar a inestimável dádiva da paz... Ela oferece uma possibilidade de se conseguir uma solução final do problema que faça justiça aos direitos e aspirações tanto dos árabes quanto dos judeus, e do cumprir as obrigações que assumimos para com eles há vinte anos atrás, até o máximo exequível nas atuais circunstâncias.

Juntamente com esse Relatório divulgou o governo um Livro Branco anunciando a adoção das recomendações da Comissão Real, inclusive a referente à partilha. Nesse documento declarava-se que o governo fora levado “à conclusão de que há um conflito irreconciliável entre as aspirações árabes e judaicas na Palestina, que essas aspirações não podem ser satisfeitas sob os termos do presente Mandato, e que o esquema de partilha segundo as linhas gerais recomendadas pela Comissão representa a melhor e mais promissora solução do impasse”. Anunciavam-se também medidas para impedir a compra de terras por judeus nas áreas atribuídas pelo plano de partilha aos árabes. E o número de imigrantes judeus (de todas as categorias) para o período de 19 de agosto a 13 de março do ano seguinte (1938) foi fixado em 8 000 no máximo.

As reações provocadas pelo Relatório e pelo Livro Branco foram, como era natural, variadas. Alguns saudaram o Relatório como “um grande documento político”; outros, porém, ridicularizaram-no como uma absurda mistura de paradoxos. De um modo geral a imprensa britânica, embora sem entusiasmo, aprovou a partilha, considerando-a um meio de resolver o problema das obrigações para com árabes e judeus. O governo dos Estados Unidos anunciou sua neutralidade em relação ao plano da Comissão Peel. Mas nas duas casas do Parlamento inglês a decisão do Gabinete de aceitar a proposta de partilha foi severamente criticada⁴¹. Na Câmara dos Lords o visconde (anteriormente Sir Herbert) Samuel, numa análise que foi classificada como “devastadora”, demonstrou que o proposto Estado Judeu conteria 225 000 árabes e 258 000 judeus, e que o plano de partilha implicava numa troca compulsória de populações, que os árabes jamais

aceitariam. Salientou que o Estado Judeu ficaria sujeito a uma pressão permanente dos Estados árabes vizinhos, o que não era conducente à paz e à ordem. Declarou que as fronteiras sugeridas eram quase impossíveis de serem defendidas, aduzindo que o plano de partilha traria como resultado a criação “de um Sarre, um ‘corredor polonês’ e meia dúzia de Dantzig e Memels num território do tamanho do País de Gales” e que “a Comissão parecia ter ido buscar no tratado de Versalhes as estipulações mais esdrúxulas que o mesmo continha”. A Câmara dos Comuns, recusando-se a tomar uma decisão imediata, concedeu ao governo poderes para submeter a questão à Liga das Nações antes de formular uma proposta definitiva a ser apresentada ao Parlamento para aprovação.

A Comissão Permanente de Mandatos – à qual o governo britânico solicitara por carta o estudo do relatório da Comissão Peel – reuniu-se, em sessão extraordinária inteiramente dedicada à Palestina, de 30 de julho a 18 de agosto de 1937. Além do Relatório Peel foram-lhe apresentados os relatórios anuais sobre a Palestina referentes aos anos de 1935 e 1936 bem como diversas petições de organizações árabes e judaicas. Após debater o assunto durante algum tempo divulgou a Comissão de Mandatos uma “opinião preliminar” em que se destacavam os seguintes pontos:

- a) as flutuações da política britânica na administração do mandato contribuíam para encorajar nos árabes a crença de que recorrendo à violência conseguiriam paralisar a imigração judaica;
- b) o mandato se tornara quase impraticável desde que fora publicamente assim considerado por uma Comissão Real Britânica falando com a autoridade que lhe era conferida pelo governo da própria Potência Mandatária;
- c) valia a pena prosseguir no estudo das vantagens e desvantagens da solução territorial proposta (mas reconhecendo que tal solução envolveria sacrifícios tanto para os árabes quanto para os judeus, estabeleceu a Comissão de Mandatos o seguinte princípio geral: “Qualquer solução, para se tornar aceitável, deve despojar os árabes do menor número possível de lugares aos quais dão especial valor, quer por serem seus lares atuais, quer por razões religiosas. Além disso, as áreas concedidas aos judeus devem ser suficientemente extensas, férteis e bem situadas do ponto de vista das comunicações marítimas e terrestres para que sejam passíveis de um desenvolvimento econômico intenso e

⁴¹ Era primeiro-ministro, desde 28 de maio, Neville Chamberlain, então ainda sem a triste notoriedade que lhe adviria de Munique.

consequentemente de uma colonização densa e rápida”.);

d) embora comprometendo-se a examinar a solução envolvendo a partilha da Palestina, opunha-se a Comissão de Mandatos à criação imediata de dois novos Estados independentes, considerando essencial um prolongamento do período de aprendizagem (aprendizagem essa que poderia ser realizada ou por uma cantonização provisória ou pela criação de dois novos mandatos, cabendo à Liga das Nações decidir o momento adequado à concessão de autonomia a cada Estado).

A questão da partilha provocou sérias divergências no 20º Congresso Sionista, reunindo em Zurique de 3 a 17 de agosto. Weizmann, considerando a partilha um mal menor, declarou-se favorável à mesma (embora concordando com os que a julgavam uma solução pouco satisfatória). Achava ele preferível um Estado Judeu pequeno⁴² a uma situação de minoria cristalizada num Estado árabe hostil⁴³. Igualmente de acordo com essa ideia manifestou-se Ben-Gurion. Opostos à partilha estavam: o presidente do Congresso, M. M. Ussishkin; o partido clerical Mizrahi e outros grupos direitistas; o Hashomer Hatzair (extrema esquerda). Este último alegou que uma partilha salientaria excessivamente o aspecto nacionalista do conflito árabe-judaico, obscurecendo o conflito básico de classes (e consequentemente prejudicando uma almejada união entre as classes trabalhadoras árabe e judaica).

Das resoluções finalmente aprovadas pelo Congresso podemos destacar as seguintes:

1. rejeitando a asserção da Comissão Peel de que ficara demonstrado ser o Mandato impraticável, e exigindo seu cumprimento;

2. rejeitando a conclusão da Comissão Peel de que as aspirações nacionais dos judeus e árabes palestinos eram irreconciliáveis;

⁴² Diz Weizmann em sua autobiografia: “Era minha convicção profunda que Deus sempre escolheu países pequenos para através deles transmitir suas mensagens à humanidade. As grandes ideias que formam os bens mais preciosos da espécie humana surgiram na Judeia e na Grécia, e não em Cartago ou Babilônia”.

⁴³ Palavras de Isaac Gruenbaum (membro do Executivo): “A alternativa é – ou uma maioria judaica num Estado Judeu, ou uma minoria judaica numa Palestina árabe”.

3. reiterando as declarações de Congressos anteriores que expressavam a disposição do povo judeu de conseguir com os árabes da Palestina um ajuste pacífico “baseado no livre desenvolvimento de ambos os povos e reconhecimento recíproco dos seus respectivos direitos”;

4. protestando energicamente contra a decisão do governo britânico de fixar um máximo político para a imigração judaica, “liquidando dessa maneira o princípio de capacidade econômica de absorção, violando os direitos judaicos e os compromissos repetidamente assumidos pelo Governo de Sua Majestade e confirmados pela Liga das Nações”;

5. declarando inaceitável o esquema de partilha apresentado pela Comissão Peel;

6. concedendo poderes ao Executivo “para entabular negociações visando verificar as condições precisas do Governo de Sua Majestade com relação ao proposto estabelecimento de um Estado Judeu”.

Vemos assim que, embora não o afirmando explicitamente, o Congresso, com a última das resoluções citadas, dava uma espécie de endosso à ideia da partilha.

Quanto aos árabes, constou estar Abdullah disposto a aceitar a partilha, já que isso implicaria um acréscimo de área para o seu reino (ao qual se uniria a parte árabe da Palestina). Não obstante, talvez para despistar, procurou Abdullah demonstrar, em relação ao plano de partilha, uma atitude de oposição. Sobre a atitude do mufti não pairava a menor sombra de dúvida, e o Comitê Superior Árabe (por ele orientado), num memorando enviado à Comissão Permanente de Mandatos e ao secretário das Colônias, rejeitou “com repugnância” o esquema de partilha, sugerindo como condições para uma solução aceitável, entre outras: a cessação do mandato, cessação da experiência do Lar Nacional Judaico e cessação imediata de toda imigração judaica e da venda de terras a judeus. A posição do Comitê Superior Árabe foi apoiada publicamente pelo governo do Iraque que deu sua contribuição própria ao sugerir o congelamento da

população judaica da Palestina na proporção existente, considerando que com isso estaria adequadamente cumprida a Declaração Balfour...

O mesmo assunto seria ventilado por um Congresso Pan-Árabe, que se reuniu na Síria de 8 a 10 de setembro, com a participação de delegados (ditos não oficiais) da Palestina, Transjordânia, Síria, Líbano, Iraque, Egito e Hedjaz. Foram aprovadas as seguintes resoluções:

- 1) A Palestina é árabe, e preservá-la como tal é dever de todos os árabes.
- 2) Qualquer oferta de paz dos britânicos que inclua uma justificação de exigências políticas e raciais judaicas deve ser rejeitada. Aos judeus permitir-se-á viver na Palestina somente como minoria, com os mesmos direitos que as minorias possuem em outros lugares.
- 3) O Relatório Peel e especialmente a proposta de partilha devem ser rejeitados.
- 4) O problema palestinese só poderá ser resolvido se antes forem tomadas as seguintes medidas: a) retirada da Declaração Balfour; b) abolição do Mandato; c) assinatura de um tratado criando um Estado Árabe segundo o exemplo do Iraque; d) proibição imediata de venda de terras a judeus e da imigração judaica; e) suspensão das medidas arbitrárias e de todas as restrições à liberdade; f) “Os delegados assumem perante Deus, perante a história e perante os povos islâmicos o compromisso de prosseguir na luta e nos seus esforços pela causa árabe na Palestina até que esta seja salva e sua soberania assegurada”.
- 5) Uma propaganda mais intensa e um boicote contra os judeus são deveres patrióticos. São concedidos poderes ao Comitê Executivo para impor um boicote contra mercadorias britânicas e para solicitar a outros países muçulmanos que façam o mesmo até que a Grã-Bretanha modifique sua política em relação aos árabes.

Em meados de setembro foi a questão palestinese debatida no Congresso da Liga das Nações. A essa altura já havia a Potência Mandatária decidido que seria enviada à Palestina uma “comissão técnica” a fim de esboçar um plano definitivo. Essa “investigação técnica” foi aprovada pelo Conselho, que contudo se reservou o direito de julgamento conclusivo. Na mesma ocasião lembrava-se ao Reino Unido que o mandato sobre a Palestina “permanece em vigor até decisão em contrário” – lembrança, sem dúvida, sempre oportuna...

Antes que findasse o mês seriam os ingleses finalmente despertados para a realidade, vendo-se obrigados a abandonar a complacência que vinham demonstrando em relação aos árabes. No dia 26, em Nazaré, à plena luz do dia, foram assassinados por árabes o comissário distrital para a Galileia, L. Y. Andrews e sua escolta policial⁴⁴. A atitude britânica, muito compreensivelmente, mais uma vez se enrijeceu (eram britânicas as vidas então perdidas). Já a 30 de setembro estavam em vigor disposições permitindo ao governo deportar presos políticos para qualquer parte do Império Britânico e dissolver quaisquer sociedades cujos objetivos fossem considerados em desacordo com a política governamental. Em consequência, foi o Comitê Superior Árabe declarado ilegal e o mufti destituído da presidência do Supremo Conselho Muçulmano, tendo sido ele e mais alguns membros do Comitê deportados para as ilhas Seychelles (no Oceano Índico, a nordeste de Madagascar). O mufti, entretanto, conseguiu – ao que parece com a conivência de membros da administração britânica – fugir para a Síria, de onde continuaria calmamente (graças à atitude complacente das autoridades francesas) a dirigir as ações dos seus bandos armados na Palestina⁴⁵.

A revolta árabe recrudescia. Reforços fluíam continuamente dos países vizinhos. Armas e dinheiro eram fornecidos por agentes italianos e alemães; e ao lado disso uma propaganda belicosa intensiva pelo rádio e pela imprensa (jornais árabes eram subsidiados, através de custosa publicidade, por firmas comerciais alemãs).

A chefia militar da revolta estava a cargo do sírio Fawzi el-Kaukji. Com os ingleses impossibilitados de enviar reforços devido à crítica

---

⁴⁴ Esse episódio é considerado como marcando o início da chamada “Rebelião Árabe”.

⁴⁵ O próprio Comitê Superior seria reconstituído, com sede em Damasco.

situação política na Europa, puderam os árabes alcançar êxitos de certa monta chegando a ocupar diversas localidades, inclusive parte da Cidade Velha de Jerusalém, que só seriam retomadas com a vinda de novas forças britânicas após o ignominioso e ilusório Acordo de Munique (setembro de 1938).

Embora nesse período turbulento muitos judeus houvessem sido admitidos nas forças policiais, coube principalmente à Haganah proteger as vidas e propriedades judaicas, quer patrulhando estradas, quer montando guarda às plantações e pomares ou escoltando lavradores até seus locais de trabalho. Não empreendeu, entretanto, a Haganah ações de represália e retaliações diante dos indiscriminados ataques árabes, pois adotava então como lema a já citada palavra hebraica *havlagah*, que poderíamos, no caso, traduzir por “refreamento”. Um grande incremento foi dado à fundação de novas colônias agrícolas em locais estratégicos. Tais colônias eram estabelecidas praticamente da noite para o dia – durante a noite, sob a proteção da Haganah, caminhões transportavam barricadas móveis, casas pré-fabricadas e uma torre de vigia (de madeira) até o local escolhido.

Essa atitude – podemos dizer eminentemente defensiva – da Haganah não foi, contudo, bem aceita por todos. Os elementos dissidentes, que preferiam ações rápidas, de efeito espetacular, vieram a formar organizações terroristas, às quais nos referiremos adiante. A Haganah, porém, com integral apoio dos líderes da comunidade judaica da Palestina e da Agência Judaica (e com a adesão da grande maioria da população judaica da Palestina), manteve-se firme em sua política de refreamento, afirmando em proclamação aos seus adeptos:

Repeliremos nossos agressores. Mas não derramaremos sangue árabe inocente em revida ao derramamento do nosso sangue inocente. Se o fizermos, nos rebaixaremos ao nível de nossos agressores. Lembremo-nos sempre do significado da Haganah. Ela é uma força defensiva, a milícia que nos permite continuar nossa obra criadora. Subordinada a esses ideais, é o instrumento que nos permite viver e trabalhar aqui. Ela é nossa servidora. Jamais deverá tornar-se nosso patrão.

Esse apelo foi ouvido – e mais, atendido – causando admiração a observadores britânicos (mas não às autoridades...).

A essa altura, ainda no âmbito da repressão ao terrorismo árabe, entrava em cena, em papel destacado, uma figura verdadeiramente excepcional das forças armadas britânicas, então servindo no serviço secreto palestinese: o capitão Charles Orde Wingate (parente afastado do famoso coronel T. E. Lawrence). Intelectual, erudito mesmo, estudioso da Bíblia, aliava à sua não ortodoxia militar uma alta dose do que poderíamos chamar – considerada sua posição de oficial britânico – de heresia política, manifestada principalmente através de sua simpatia pelo sionismo (chegava até, segundo Weizmann, a ser “um sionista fanático”). Seu desejo de contribuir ativamente para a causa judaica levou-o a organizar e dirigir grupos que se tornaram conhecidos como Special Night Squads (Turmas Especiais Noturnas). De grande mobilidade (dispunham até de motocicletas), integrados por jovens das fazendas coletivas membros da Haganah, eram treinados em táticas de “comandos” e demonstraram total eficiência contra os guerrilheiros árabes, particularmente na proteção do importante oleoduto Mosul-Haifa. Um alto oficial do exército israelense referiu-se da seguinte maneira à sua atuação: “Wingate considerava a defesa em função do espírito de ofensiva e iniciativa de seus comandantes; os contra-ataques que seus grupos empreenderam para castigar os terroristas árabes em suas próprias aldeias contribuíram enormemente para a segurança do país”⁴⁶. Mas com tais atos colocava-se Wingate em completo desacordo com as atitudes e pontos de vista dos seus colegas de farda e superiores hierárquicos. Conclusão (óbvia): Wingate foi afastado da Palestina. Indiscutivelmente foi ele o estrangeiro mais estimado pelos judeus palestineses na década de 30, e seu nome, usado nos códigos, era dos mais expressivos: Hayedid (O amigo)⁴⁷.

O ano de 1938 assinala, entre outros acontecimentos relativos à Palestina, a nomeação de um novo alto-comissário: Sir Harold MacMichael, ex-governador de Tanganica. Escolha infeliz, pois tendo-se habituado a lidar com “nativos” teria grande dificuldade em compreender que os judeus

⁴⁶ A ambição íntima de Wingate (parece não haver dúvida sobre isso) era dirigir o novo Exército judeu que restabeleceria o Estado Judeu, e é bem provável que só sua morte, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, impediu a concretização desse sonho. Faleceu ele em 1944, aos 41 anos (e já no posto de general) num acidente de aviação na Birmânia.

⁴⁷ Em 1950, com substanciais doações de judeus ingleses, foi criada em Israel, dedicada à memória de Wingate e levando seu nome, uma instituição superior para preparo de instrutores de educação física.

da Palestina eram um tanto diferentes... É justo, contudo, lembrar que alguns meses antes (em outubro de 1937) fora o posto de alto-comissário para a Palestina oferecido por Neville Chamberlain a Sir John Anderson, então concluindo seu período de cinco anos como governador da província de Bengala (Índia), onde enfrentara, com eficiência e coragem, o terrorismo que ali lavrava. Mas Sir John Anderson recusou, talvez por não se sentir em condições de suportar a tensão de administrar um território em que a ordem era também ameaçada por terroristas. Foi pena, pois Sir John Anderson era homem de excepcional capacidade administrativa, demonstrada não só na Índia como também, em década anterior, na Irlanda. Tivesse ele aceito e – desculpem o lugar-comum – bem diferente poderia ter sido a história do mandato...⁴⁸

Nesse ano, no mês de abril, chegou à Palestina uma comissão, chefiada por Sir John Woodhead, dita “de partilha” (leia-se “antipartilha” e teremos uma ideia mais certa dos seus verdadeiros desígnios). Por lá permaneceria cerca de três meses. Deveria recomendar fronteiras para as áreas árabe e judaica propostas pela Comissão Peel, fronteiras essas que, de acordo com as instruções, pudessem “proporcionar uma perspectiva razoável para um eventual estabelecimento, em condições adequadas de segurança, de Estados autossuficientes árabe e judeu”, bem como, “incluir o menor número possível de árabes na área judaica e vice-versa”. Enquanto isso o Colonial Office trocava de titular: saiu Ormsby-Gore, simpaticista da causa sionista, entrando Malcolm MacDonald (de quem não se podia dizer o mesmo).

Ainda antes do término do primeiro semestre de 1938 ocorria na Palestina, pela primeira vez em tempos modernos, o enforcamento de um judeu por crime político. Coube essa triste honra a um jovem revisionista, Shlomo Ben Yossef, condenado à morte por uma corte militar britânica. Fora ele considerado culpado de, juntamente com dois companheiros do Betar (organização juvenil revisionista), ter feito fogo contra um ônibus (em revidar a atos de terrorismo contra colônias judaicas). Quanto a seus dois

---

⁴⁸ Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial ocuparia Sir John Anderson o cargo de secretário do Interior (sob Neville Chamberlain e depois Churchill).

cúmplices, um teria a pena capital comutada em prisão perpétua e o outro foi considerado louco⁴⁹.

Passemos agora ao segundo semestre. Em outubro foi divulgado o relatório da Comissão Woodhead. Declarou esta não ter encontrado quaisquer fronteiras que proporcionassem “uma expectativa razoável de eventual estabelecimento de Estados árabe e judaico autossuficientes”, e daí concluía ser a ideia de partilha impraticável. Assim, com uma penada (valemo-nos de um comentário do Dr. Dov Joseph), essa Comissão “desfez o trabalho da Comissão Peel, apagando suas recomendações positivas”.

A divulgação do relatório foi seguida, em novembro, por um novo White Paper, em que o governo britânico afirmava haver chegado, após cuidadoso estudo desse relatório, à conclusão de que “as dificuldades políticas, administrativas e financeiras inerentes à proposta de criar na Palestina Estados independentes árabe e judeu são tão grandes que tornam tal solução do problema impraticável”. Em consequência, ficou resolvido fazer-se um decidido esforço por um entendimento entre árabes e judeus, para o que se propunha logo “convidar representantes dos árabes palestinos e Estados vizinhos e da Agência Judaica, a fim de com eles conferenciar a respeito da política futura, inclusive a questão da imigração na Palestina”. E, caso não fosse possível chegar a um acordo, reservava-se o governo inglês o direito de impor uma solução própria.

Observe-se que ao estender o convite para participar da conferência proposta aos Estados árabes vizinhos – Egito, Iraque, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen – o governo britânico tacitamente reconhecia um interesse desses países na questão da Palestina, inclusive no concernente à imigração, assunto até então (conforme aliás estatuído pelos termos do Mandato) tratado exclusivamente entre a Potência Mandatária e a Agência Judaica.

A Conferência realizou-se no Palácio St. James, em Londres, tendo sido solenemente inaugurada a 7 de fevereiro de 1939. Recusando-se os árabes a ficar juntos com judeus, foram utilizadas entradas separadas – para evitar “contatos embaraçosos” – e o discurso de boas-vindas do primeiro ministro Chamberlain teve de ser proferido duas vezes: às 10:30 da manhã

---

⁴⁹ Em 1963, no 25º aniversário da execução de Shlomo Ben Yossef, os correios das cidades de Rosh Pina e Acre emitiram um carimbo especial e uma rua de Acre, por decisão unânime do Conselho Municipal, recebeu o nome de Ben Yossef.

perante a delegação árabe e ao meio-dia para os judeus. Da delegação judaica faziam parte sionistas e não-sionistas, oriundos da Palestina, Europa e Estados Unidos (entre os sionistas figuravam Weizmann, Shertok, Ben-Gurion e Ben-Zvi). A delegação árabe era em sua grande maioria constituída de elementos ligados ao mufti, inclusive alguns que haviam sido deportados pelos ingleses para as ilhas Seychelles.

O ponto de vista judaico foi exposto por Weizmann, num tom que nele se tornaria habitual – moderado e conciliatório. Admitiu ele, não obstante a trágica situação dos judeus alemães diante das perseguições hitleristas, uma limitação da imigração na Palestina baseada na capacidade de absorção econômica do país. Destacou a necessidade imperiosa de um desenvolvimento ativo dos recursos materiais, agrícolas e industriais, e reiterou o ponto de vista da Agência Judaica de que o Lar Nacional era compatível com os direitos árabes na Palestina e o bem-estar de sua população. Declarou pôr em dúvida que a política de “apaziguar seus inimigos e abandonar seus amigos” fosse vantajosa aos interesses britânicos no Oriente Médio ou contribuísse para restabelecer a paz na Palestina, e fez um apelo à Grã-Bretanha para que não desamparasse os judeus “nesta hora mais negra” de sua história.

Jamal Effendi el-Husseini foi o principal porta-voz árabe. Em seu discurso, nitidamente intransigente, afirmou: a Declaração Balfour era incompatível com as promessas aos árabes contidas nos “compromissos MacMahon”⁵⁰; a Palestina deveria tornar-se um país árabe independente; os árabes exigiam o abandono da tentativa de estabelecimento do Lar Nacional Judaico e, conseqüentemente, a imediata proibição da imigração judaica e da compra de terras por judeus.

A atmosfera reinante na Conferência foi qualificada por Weizmann como de “completa futilidade”. Mesmo assim, promoveram os ingleses, a 23 de fevereiro, um encontro informal entre judeus e árabes. Logo de início, porém, tornou-se evidente haver o governo britânico aceito as pretensões árabes, pois Malcolm MacDonald, abrindo a reunião, declarou que o governo de Sua Majestade julgava conveniente duas providências: 1) emitir uma Declaração pondo fim ao Mandato e estabelecendo um Estado

⁵⁰ As autoridades britânicas mandaram submeter a exame a correspondência de McMahon (onde estariam contidos os “compromissos”); esse exame, entretanto, não trouxe confirmação à tese árabe.

Palestinense aliado à Inglaterra; 2) tomar medidas para pôr em prática tal declaração logo que restabelecida a paz na Palestina. Durante um período de transição (dez anos) caberia à Inglaterra a última palavra, ficando assegurados aos judeus palestinos direitos especiais de comunidade minoritária; a imigração judaica seria permitida até o máximo de 75.000 em 5 anos, após o que só entrariam novos imigrantes com consentimento árabe. Terminada a exposição de MacDonald houve entre os judeus um silêncio de estupefação; depois Ben-Gurion pediu a palavra, dizendo: “Permitam-me declarar que a cessação da imigração judaica será impossível sem o auxílio das baionetas britânicas. Nem tampouco poder-se-á transformar a Palestina num Estado árabe, contra a resistência dos judeus, sem a presença permanente daquelas baionetas”. As palavras de Ben-Gurion foram corroboradas por uma declaração da delegação judaica (divulgada a 27 de fevereiro) cujo período conclusivo afirmava: “No decorrer da Conferência os delegados judeus mostraram-se desejosos de alcançar um acordo, mas não podemos levar em consideração acordo algum que coloque o Lar Nacional Judaico sob domínio árabe ou condene os judeus a uma vida minoritária na Palestina”⁵¹.

As propostas britânicas foram rejeitadas por ambas as partes. Diante disso os ingleses consideraram a Conferência fracassada – anunciaram que apresentariam um plano próprio e o poriam em execução.

Nos meses seguintes a situação internacional agravou-se seriamente: em março Hitler ocupa a Tchecoslováquia, em abril Mussolini ocupa a Albânia, e em maio Alemanha e Itália anunciam a conclusão de uma aliança política e militar. Sobre a Europa projeta-se a sombra sinistra de Hitler. Julgamos desnecessário insistir sobre o perigo que isso representava para as coletividades judaicas⁵². E qual vai ser então a atitude inglesa? Como que tirando a máscara, vai o governo britânico divulgar mais um Livro Branco, que praticamente anulava a Declaração Balfour e trancava as portas da Palestina às vítimas da sanha hitlerista.

17 de maio de 1939 – eis a data (no dizer apropriado de Joseph Dunner) do “mais negro dos Livros Brancos sobre a Palestina”. Nesse

⁵¹ O governo inglês apresentaria ainda duas outras versões de seu plano, mas sem modificações substanciais.

⁵² Só na Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia já havia um milhão de judeus sob o tacão nazista.

documento espantoso – o historiador Paul Giniewsky qualificou-o, muito acertadamente, como “uma Antideclaração Balfour” – o governo britânico, considerando impraticável a sugestão da partilha, reformulava inteiramente sua política referente à Palestina em seus três setores essenciais: constituição, imigração e terras. Examinemo-los de per si.

No que concerne ao primeiro, declarava-se que os estruturadores do Mandato “não poderiam ter em mente que a Palestina se devesse converter num Estado Judeu contra a vontade da população árabe do país”, e para que não restasse mais qualquer dúvida o governo de Sua Majestade “declara agora, inequivocamente, que não faz parte de sua política tornar-se a Palestina um Estado Judeu”. Por outro lado, afirmava o governo britânico não poder concordar com a tese “de que a correspondência de MacMahon forma uma base justa para a exigência de converter a Palestina num Estado Árabe”. Mas, dizia o Livro Branco, não era desejo do governo britânico manter a população palestinese permanentemente tutelada sob o regime de mandato, e por isso tornava público, entre outras, as seguintes intenções com relação à Palestina: estabelecimento, dentro do prazo de dez anos e mediante consulta ao Conselho da Liga das Nações visando o término do Mandato, de um Estado Palestino independente, ligado ao Reino Unido por um tratado que satisfizesse às necessidades estratégicas e comerciais de ambos os países; nesse Estado independente árabes e judeus compartilhariam do governo de modo tal a assegurar os interesses essenciais de cada comunidade; durante o período de transição precedendo o estabelecimento do Estado independente a responsabilidade pela administração do país continuaria com o governo de Sua Majestade; e, se ao fim dos dez anos assim fosse exigido pelas circunstâncias, o estabelecimento do Estado independente poderia ser adiado.

Com relação à imigração, declarava o governo britânico não encontrar, nem no Mandato nem em documentos posteriores, apoio ao ponto de vista de que a “imigração continuada indefinidamente era indispensável ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico”. Por isso, tendo em vista o violento antagonismo manifestado pelos árabes, decidira que após um período intermediário de 5 anos, em que a imigração judaica

ficaria drasticamente reduzida a uma quota de 10.000 por ano⁵³, não mais se permitiria imigração sem aquiescência árabe.

Finalmente, quanto às terras, eram concedidas ao alto-comissário poderes para restringir, e até mesmo proibir, transferência de terras a judeus.

O desígnio britânico era claro – liquidar o Lar Nacional Judaico (comentário do autor sionista americano Israel Goldberg: “o Lar Nacional Judaico era posto como sacrifício no altar do apaziguamento árabe”). Mas não obstante serem os árabes os maiores beneficiários da política exposta no White Paper, a reação dos mesmos foi, de um modo geral, de insatisfação. (Isso evidentemente porque desejavam uma capitulação mais completa.) O Comitê Superior Árabe emitiu em Beirute, a 30 de maio, uma declaração em que, afirmando ser o período de transição demasiado longo, exigia a cessação imediata da imigração judaica; e concluía enfaticamente: “A decisão final quanto ao destino de um povo viril depende de sua própria vontade e não de Livros Brancos ou Negros. A Palestina será independente numa Federação Árabe e permanecerá árabe para sempre”. Todavia, refletindo opinião de uma reduzida minoria, Tewfiq Pasha Abdul Huda, primeiro-ministro da Transjordânia, para o qual o Comitê Superior Árabe se encontrava “a serviço de algum interesse estrangeiro em troca de remuneração”, declarou em entrevista à imprensa que, satisfeito quanto a ver assegurada na Palestina a impossibilidade de se estabelecer uma maioria judaica, acreditava poder ser agora inaugurada naquele país “uma nova era de cooperação entre britânicos e árabes”.

Para a comunidade judaica da Palestina o White Paper constituiu, obviamente, um tremendo choque. A 18 de maio (um dia após sua divulgação) realizaram-se em todo o país manifestações de protesto; em Jerusalém policiais britânicos foram apedrejados (e um deles morto). Em reuniões públicas e nas sinagogas foi lido um manifesto, do qual destacamos:

O Yishuv⁵⁴ não reconhecerá nem tolerará qualquer restrição desumana da imigração judaica em sua terra. Nenhum poder no

⁵³ Admitia-se, contudo, a possibilidade de entrada de mais de 25.000 refugiados do nazismo, se e quando o alto-comissário julgasse tal medida conveniente.

⁵⁴ A palavra hebraica Yishuv designava especificamente a coletividade judaica palestinese.

mundo pode destruir o direito de nossos irmãos de entrar na terra ancestral para reconstruí-la e nela viver. Os sem-lar encontrarão o caminho para cá, e todos os judeus deste país estarão prontos para recebê-los.

...Estamos certos de que o grande povo britânico saberá compreender o espírito da nossa luta – a luta duma nação condenada à extinção em sua Dispersão e combatendo pela existência em sua Pátria.

A Agência Judaica emitiu uma declaração, abaixo reproduzida parcialmente.:

O povo judeu encara essa política como um abuso de confiança e uma capitulação diante do terrorismo árabe... É uma política com a qual o povo judeu não concordará... É por demais provável que os judeus preferirão lutar a sujeitar-se à dominação árabe...

Os árabes não estão, como os judeus, sem terra e sem lar. Eles não se acham necessitados de emigração...

É, na hora mais negra da história judaica que o Governo Britânico se propõe a despojar os judeus de sua derradeira esperança e fechar o caminho do retorno à sua Pátria. Esse golpe não subjugará o povo judeu. O vínculo histórico entre o povo judeu e a terra de Israel não pode ser quebrado. Os judeus jamais aceitarão que lhes sejam fechadas as portas da Palestina nem permitirão que seu Lar Nacional se converta num gueto.

Weizmann escreveu uma carta (datada de 31 de maio) ao alto-comissário, referindo-se ao White Paper nos seguintes termos:

À luz da experiência dos últimos três anos, deve ele parecer aos terroristas árabes um prêmio por sua campanha de violências, e aos judeus um castigo por seu comedimento... Fundamentando-se a autoridade britânica no Mandato conferido à e aceito pela Grã-Bretanha na base de determinadas obrigações, o repúdio dessas obrigações tira da administração britânica na Palestina sua justificativa moral.

Na própria Grã-Bretanha fizeram-se ouvir fortes críticas. Leopold S. Amery (membro do Partido Conservador, então no poder, e ex-secretário das Colônias) declarou em discurso nos Comuns ser o White Paper “uma negação absoluta dos princípios sobre os quais nossa administração se tem fundamentado e, pelo menos a meu ver, um repúdio das garantias baseadas

nas quais o governo da Palestina foi confiado às nossas mãos; era “um esquema de pânico” que não daria resultado. Salientou Amery o fato de não serem os judeus da Palestina, que já haviam aspirado o ar da liberdade, iguais aos judeus da Alemanha (uma minoria indefesa e sem esperança); não ficariam passivamente esperando até que eles e o país que criaram fossem entregues ao controle terrorista do mufti.

Herbert Morrison, figura preeminente do Partido Trabalhista, disse (também nos Comuns) que faltava ao governo, que nem mesmo conseguira reprimir eficazmente a desordem, capacidade política para criar as condições – sociais, econômicas e políticas – necessárias a uma bem-sucedida cooperação árabe-judaica. Sabia muito bem o governo que a agitação na Palestina era fomentada por uma minoria árabe assistida por agentes de Hitler e Mussolini⁵⁵. O White Paper era uma cínica quebra de compromissos para com os judeus e o mundo. Fez um apelo aos membros da maioria:

Peço-lhes que recordem os sofrimentos dos judeus em todo o mundo. Peço-lhes lembrar que a Palestina era exatamente o lugar onde eles tinham algum direito de esperar não sofrer ou ficar submetidos a restrições. Vejam a área do país, essa minúscula nesga de terra. A Transjordânia foi-lhe tirada. O restante dos países árabes... possuem uma área imensa. Sobrou essa pequenina nesga, Palestina, aproximadamente do tamanho do País de Gales, e vamos impedir esse povo de ir lá. Conclamo os honrados deputados a nós opostos a... pôr a honra de seu país acima das estreitas reivindicações partidárias e a exercer toda pressão e influência possíveis para evitar que o Governo de Sua Majestade faça o que não deveria fazer⁵⁶.

Winston Churchill (à semelhança de Amery) manifestou-se, conforme seu hábito, energicamente. Disse, em seu discurso:

---

⁵⁵ De fonte alemã tem-se confirmação da interferência nazista na questão palestinese. Entre os documentos encontrados nos arquivos diplomáticos alemães após a queda do Terceiro Reich há uma Nota (datada de 19 de fevereiro de 1939) do Departamento Político do Ministério do Exterior contendo referência clara ao “auxílio moral e provavelmente também material que os insurretos árabes da Palestina receberam da Alemanha”.

⁵⁶ Palavras, palavras... Quando, seis anos depois, os trabalhistas chegaram ao poder, passaram a agir, em relação à Palestina, de maneira idêntica aos conservadores, ou quiçá pior...

Considero esta, francamente, uma ocasião melancólica... Sentir-me-ia pessoalmente constrangido, e do modo mais intenso, se me prestasse, pelo silêncio ou pela inação, ao que devo encarar como um ato de repúdio ... Que espécie de Lar Nacional é oferecido aos judeus do mundo quando nos pedem declarar que dentro de cinco anos a porta desse Lar lhes será fechada e trancada na cara?... Não posso acreditar que a tarefa que encetamos vinte anos atrás na Palestina esteja além de nossas forças, ou que uma fiel persistência não leve, finalmente, essa tarefa a um glorioso êxito.

E outro deputado, o trabalhista Tom Williams, resumiu da seguinte forma a política britânica em relação à Palestina:

Assistimos à ascensão e queda desse problema palestinese. Em 1917 esperanças judaicas foram estimuladas em todas as partes do mundo. Pensou-se que afinal aí estava a Magna Carta judaica. Em 1921 foi decepada a Transjordânia; em 1922 a imigração livre transformou-se em imigração na base da capacidade de absorção econômica; em 1933 a venda de terras foi restringida; em 1937 a partilha foi aceita pelo governo; em 1938 a partilha foi rejeitada pelo governo; e agora, em 1939, vemos os funerais do Mandato. É uma história de que não se pode orgulhar nem este governo nem qualquer outro que o tenha precedido.

A moção de confiança foi votada a 23 de maio (um dia após a conclusão da aliança militar ítalo-germânica). Registraram-se 268 votos a favor, 179 contra (votaram “contra” quase todos os deputados trabalhistas e cerca de 20 conservadores) e 111 abstenções. Foi um resultado deveras significativo, levando-se em conta não só ter tido o governo maioria de apenas 89 votos – quando habitualmente sua vantagem era de mais de 200 – como também o elevado número de abstenções, que contribuíram de maneira talvez decisiva para evitar a derrota governamental. Referindo-se a essa relativamente escassa maioria, comentou o *Times* que “a oposição poderia bem ter sido mais formidável não fora por uma relutância geral em embarçar o governo num momento de tensão internacional”.

Também na Câmara dos Lords obteria o governo uma resolução favorável, não obstante os enérgicos protestos de Lord Snell, do visconde Samuel, do arcebispo de Canterbury e de Lord Wedgwood. Exclamou este:

“Os árabes não são uma razão, são uma desculpa!”⁵⁷. O arcebispo de Canterbury indagou que perspectiva de justiça era oferecida aos judeus se “depois de toda sua esperança eles voltarem, em seu Lar Nacional, àquela situação de minoria que tem sido sua sina através de longos séculos em todos os cantos do mundo”.

Cabe aqui lembrar que a política enunciada no White Paper só seria legalmente válida depois de aprovada pelo Conselho da Liga das Nações, mas antes deste se pronunciar deveria o assunto ser debatido na Comissão Permanente de Mandatos, órgão consultivo cuja função primordial era informar ao Conselho se a Potência Mandatária estava agindo de acordo com os termos do Mandato.

A Comissão Permanente de Mandatos reuniu-se em junho, dedicando várias sessões à questão palestinese. O secretário das Colônias, Malcolm MacDonald, compareceu pessoalmente e, entre considerações diversas, visando justificar a política britânica, declarou que o White Paper oferecia a maior esperança para solução do conflito árabe-judaico; alegando já ter o Lar Nacional Judaico alcançado um desenvolvimento adequado, deixou bem claro que as novas estipulações referentes a terras e imigração seriam postas em vigor sem alterações, qualquer que fosse a oposição encontrada.

Em seu relatório ao Conselho da Liga, declarava a Comissão Permanente de Mandatos, por conclusão unânime dos seus sete membros, que “a política traçada pelo White Paper não estava de acordo com a interpretação que, em concordância com a Potência Mandatária e o Conselho da Liga, a Comissão estabelecera para o Mandato sobre a Palestina”. Desses sete membros, quatro (Bélgica, Holanda, Suíça e Noruega), indo um pouco além, declararam ser a política do White Paper absolutamente contrária aos termos do Mandato e às intenções dos seus autores, mas os três membros restantes (Grã-Bretanha, França e Portugal) expressaram a opinião de que as circunstâncias existentes poderiam justificar a política do White Paper desde que o Conselho da Liga a isso não se opusesse. Contudo, acrescentava textualmente a Comissão: “Devemos lembrar que os sofrimentos coletivos de árabes e judeus não são

---

⁵⁷ Josiah Wedgwood era um ardoroso sionista cristão. A título de curiosidade podemos aduzir que uma das primeiras (e precárias) embarcações da incipiente marinha de guerra israelense – em ação nos meses iniciais da existência do Estado – levaria, em sua homenagem, o nome de *Wedgwood*.

comparáveis, pois vastas áreas do Oriente Próximo, anteriormente domicílio de populações numerosas e lar de uma civilização brilhante, estão abertas aos árabes, enquanto que para os judeus o mundo torna-se cada vez mais fechado”.

A questão da Palestina deveria ser apreciada pelo Conselho da Liga em reunião marcada para setembro; mas isso não chegaria a realizar-se devido à eclosão da guerra. Todavia, conforme palavras do Dr. Joseph, o White Paper foi, “para todos os efeitos declarado ilegal pelo competente órgão internacional”. Com o que, aliás, pouco se importava o governo britânico.

A 16 de agosto inaugurou-se, em Genebra, o 21º Congresso Sionista. O tema principal dos debates foi, logicamente, o White Paper, qualificado como “a mais séria derrota política sofrida pelo movimento sionista em toda sua história”. É óbvio que o mesmo foi objeto de repulsa generalizada, mas houve divergências quanto aos métodos a serem empregados para demonstrar essa repulsa. Uma pequena fração (chefiada por Meir Grossman), mais extremada, advogava um programa de absoluta não cooperação com o governo britânico, inclusive desobediência civil. Essa atitude, porém não encontrou eco entre a grande maioria dos delegados. Estes, contudo, também se achavam divididos em suas opiniões.

Um grupo, liderado por Ben-Gurion, sustentava haver chegado o momento de se abandonar, ou pelo menos modificar sensivelmente, a política de Weizmann de estreita colaboração com a Potência Mandatária; apresentava-se, como justificativa moral para tal atitude o fato de a Comissão Permanente de Mandatos haver condenado a política britânica como uma violação da letra e do espírito do Mandato. Um segundo grupo defendia a tese contrária: a de que a cooperação com a Grã-Bretanha era não só inevitável como também desejável. Alegavam ser essencial ao sionismo manter alguma forma de relações com uma grande potência, e por mais fraco que tivesse sido o apoio britânico ao sionismo, ainda assim era mais palpável que o concedido por qualquer outra potência. O rabino americano Abba Hillel Silver, um dos principais expoentes dessa corrente, exortou o Congresso a não se deixar levar pela emoção, dizendo: “O White Paper é apenas um documento transitório; ...há boas possibilidades de o mesmo ser anulado, e por isso nenhuma medida extrema deve ser adotada”.

Finalmente um terceiro grupo, o mais numeroso, manifestou-se a favor de um meio-termo (acabaria sendo esta, aliás, a tese vitoriosa).

A 23 de agosto, uma semana após a abertura dos trabalhos do Congresso, era assinado em Moscou o surpreendente, quase inacreditável, pacto germano-soviético. A opinião pública mundial ficou estupefata, e um sentimento de urgência se apossou do Congresso Sionista, que procurou encerrar seus trabalhos o mais rápido possível.

No dia seguinte, por esmagadora maioria, foram aprovadas, entre outras, as resoluções seguintes:

7. expressando reconhecimento pela posição assumida contra o White Paper por diversos membros do Parlamento britânico;

8. acolhendo, com satisfação, a decisão da Comissão Permanente de Mandatos;

9. manifestando a intransigente hostilidade do Congresso à política do White Paper, mas proclamando ao mesmo tempo seu firme apoio a Grã-Bretanha em sua luta pela defesa da democracia no mundo ocidental;

10. afirmando que o povo judeu não toleraria uma situação minoritária na Palestina, nem tampouco a sujeição do Lar Nacional Judaico ao domínio árabe;

11. asseverando “o inalienável direito do povo judeu – ininterruptamente exercido através dos séculos da Dispersão – de retornar à Palestina, onde se encontra a única solução real e permanente para os judeus sem lar”;

12. e reafirmando “a disposição do povo judeu de estabelecer relações de mútua boa vontade e cooperação com os árabes da Palestina e dos países vizinhos”.

Na noite de 24 de agosto, véspera do encerramento do Congresso, Weizmann, visivelmente emocionado, proferiu um discurso no qual se destacava o trecho abaixo:

É meu dever nesta hora solene dizer à Inglaterra, e por meio dela às democracias ocidentais: Temos ressentimentos... Mas acima de nossa mágoa e amargura estão interesses mais altos. Aquilo pelo que as democracias estão lutando é o mínimo necessário à vida judaica. Sua angústia é a nossa angústia; sua guerra é a nossa guerra.

No dia seguinte, Ussishkin, na presidência do Congresso, despediu-se dos presentes com uma tradicional expressão hebraica, “Ide em paz”. Delegados e visitantes levantaram-se, cantaram a Hatikva e, formulando votos recíprocos de se reencontrarem em melhores dias, retiraram-se (já passava de meia-noite) rumo aos seus lares espalhados pelo mundo. Quem seria então capaz de imaginar que desses 530 delegados muitos não tardariam a desaparecer tragados pela voragem prestes a se desencadear?

Na madrugada de 10 de setembro, com a agressão alemã à Polônia, iniciava-se a imensa tragédia que foi a Segunda Guerra Mundial. Contendo em seu bojo tantas tragédias específicas (Roterdão, Coventry, Bataã, Hiroxima, etc.) cremos contudo que a culminância trágica seria atingida (triste recorde!) pelo doloroso e catastrófico destino das coletividades judaicas da Europa, no dizer de William L. Shirer “um massacre tão horrendo e em tal escala que deixaria na civilização uma feia mancha que certamente perduraria tanto quanto a existência do homem sobre a Terra”.